

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ADRIANA REGINA OLIVEIRA COELHO

IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS
(1831-1841)

São Luís – MA

2018

ADRIANA REGINA OLIVEIRA COELHO

**IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS
(1831-1841)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís – MA

2018

ADRIANA REGINA OLIVEIRA COELHO

**IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO LUÍS
(1831-1841)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

À minha querida família.

“O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado”.

Mario Quintana

AGRADECIMENTOS

Fundamental é mesmo o amor. É impossível ser feliz sozinho.

Tom Jobim.

O trecho da canção serve para evidenciar que este trabalho não um fruto estritamente individual, mas da interação que ultrapassa os limites da academia. Os agradecimentos a seguir representam parte dessa interação.

A Deus, primeiramente, pelo amor e por me encorajar a perseverar, me permitindo acreditar na concretização deste sonho.

À minha família, que me educou de um modo todo especial e por ser a principal na hora de apoiar e incentivar a mim e minhas irmãs a trilhar o caminho dos estudos. Em especial a minha avó Maria de Lourdes, meu primeiro e maior exemplo de dedicação à docência, a quem dedico este trabalho. Também o dedico ao meu sobrinho, Luiz Ricardo, por trazer para esta família o encanto da infância e por ter tornado os meus dias mais coloridos.

À minha família biológica, que mesmo distante da minha trajetória na graduação, ainda assim, teve parte fundamental nessa conquista.

Aos amigos de longa data, Andressa Santos, Ítalo Antônio, Guilherme da Hora, Jean Ricardo e Honório Tavares, pelo carinho e incentivo.

Ao professor José Henrique de Paula Borralho, por quem tenho grande admiração e gratidão pelos anos de orientação nos tempo de Iniciação Científica.

A todos os professores do Curso de História da UEMA, em especial, ao professor Marcelo Cheche, pelo cuidado com que corrigia os meus trabalhos e dos demais colegas, desde o primeiro período, deixando ao final, considerações pertinentes. E, hoje, por me orientar e auxiliar na produção deste trabalho.

Agradeço também à professora Helidacy Muniz, pelo privilégio do convívio durante a cadeira de Historiografia Brasileira, em 2016.2. Por seus comentários e sugestões que mostraram como trilhar novos caminhos para essa monografia.

Às duas bibliotecárias maravilhosas, Lauisa Sousa e Reijane Mendes, obrigada pelo carinho e auxílio.

Aos amigos e amigas que encontrei na UEMA, Amanda Cristina, Jaciara Neves, Mário Augusto, Marineide Mendes e Thiago Moura. E a todos da turma 2012.2.

Ainda na UEMA, tive o privilégio de formar uma parceria ímpar com Angela Batista. Uma amiga que a Universidade me deu para a vida.

Ao professor Josenilton Melonio, que, atenciosamente, dividiu suas aulas comigo durante meu estágio supervisionado do Ensino Médio, no CINTRA.

Enfim, a todos que direta e indiretamente ajudaram nesta trajetória até aqui. Minha gratidão a vocês.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o processo de difusão dos impressos em São Luís, com ênfase nos títulos da área de Direito, em um momento de construção do arcabouço jurídico do Império do Brasil. Para tanto, mapeia os anúncios veiculados em três dos principais jornais ludovicenses: *O Publicador Oficial* (1831-1841), o *Echo do Norte* (1834-1836) e *A Chronica Maranhense* (1838-1841). Em um período de crescente acesso aos periódicos, os livreiros intensificaram o uso deste veículo para divulgar ao público as obras de suas lojas, boticas, tipografias. Com base nessa documentação, reúne informações sobre os livreiros mais atuantes, os títulos de maior divulgação, preços e as repercussões das obras em circulação, a partir das estratégias empregadas pelos livreiros para atingir o público. Por fim, analisa outras formas de divulgação das obras, a exemplo das resenhas, que começavam a ganhar espaço nos periódicos.

Palavras-chave: São Luís; Impressos; Anúncios; Livros de Direito;

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the process of diffusion of printed matter in São Luís, with emphasis on the titles of the area of Law, at a time of construction of the legal framework of the Empire of Brazil. In order to do so, it maps the ads published in three of the leading ludovicenses newspapers: *O Publicador Oficial* (1831-1841), *Echo do Norte* (1834-1836) and *A Chronica Maranhense* (1838-1841). In a period of increasing access to periodicals, the booksellers intensified the use of this vehicle to make public the works of their shops, pharmacies, typographies. Based on this documentation, it gathers information on the most active booksellers, the most publicized titles, prices and the repercussions of the works in circulation, based on the strategies used by the booksellers to reach the public. Finally, it analyzes other forms of dissemination of the works, like the reviews, which began to gain space in the periodicals.

Keywords: São Luís; Printed; Ads; Law Books;

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CIDADE E OS IMPRESSOS	17
1.1. São Luís: percepções de uma cidade em transformação	17
1.2. Impressos em circulação:1808-1820	21
1.3. A cidade, as tipografias e os impressos: “o espaço praticado”	24
1.4. Os jornais, suporte para a circulação dos impressos: objeto e fonte	28
CAPÍTULO 2 –OS IMPRESSOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS (1831-1841)	33
2.1.“ <i>Sahirá à luz</i> ”: novos periódicos em circulação.....	34
2.2. <i>O Publicador Oficial</i>	37
2.3. <i>Echo do Norte</i>	41
2.4. <i>A Chronica Maranhense</i>	44
CAPÍTULO 3 –TEXTOS DE DIREITO EM CIRCULAÇÃO	47
3.1. Resenhas, anúncios e traduções.....	48
3.2. <i>O Publicador Oficial</i> e o <i>Código do Processo Criminal</i>	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	65

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Publicador Oficial.....	35
Figura 2 –Echo do Norte	39
Figura 3 – A Chronica Maranhense	42

LISTA DE SIGLAS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

BN – Biblioteca Nacional

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

RMC – Real Mesa Censória

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, graças a uma enorme renovação historiográfica, muitos trabalhos têm se dedicado a analisar a circulação de impressos no Brasil Oitocentista. A partir das múltiplas metodologias e abordagens, demonstrando a fertilidade deste tema e o potencial de construção de novas perspectivas sobre a cultura letrada no Brasil Imperial.

No Maranhão, uma recente historiografia tem contemplado essa temática, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por integrantes do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista- NEMO, em que se insere essa monografia. Como bolsista PIBIC/FAPEMA do projeto “*Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*”, coordenado pelos professores Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA) e José Henrique de Paula Borralho (UEMA), aprovado pelo edital Universal/CNPq (2011), integrei-me ao Núcleo, a partir de 2013.

São exemplos destas pesquisas, com desdobramento em produções monográficas os trabalhos de Romário Basílio (2014), Lucas Pinto (2015) e Angela Pereira (2017). Respectivamente, versam sobre diferentes aspectos da circulação de impressos no Maranhão.

A pesquisa desenvolvida por Romário Basílio (2014) destaca a atuação dos agentes do livro no Maranhão, suas conexões, suas práticas, seus modos sociais e culturais, com base na documentação da Real Mesa Censória, entre os anos de 1768-1826, período correspondente ao ano de fundação da Real Mesa Censória, por decreto de régio de Pombal, ao ano de encerramento a maior parte da documentação do fundo da Real Mesa Censória que o autor utiliza.

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Angela Pereira (2017) centraliza a análise a circulação de impressos, entre os anos de 1750-1801, a partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), com o objetivo de afirmar que o circuito de livros estava inserido numa estratégia política desenvolvida pelo governo português de difundir conhecimentos práticos que ampliassem a exploração de produtos coloniais.

A circulação de impressos na cidade de São Luís foi percebida por Lucas Pinto (2015), a partir da análise dos Registros da Real Mesa Censória e dos anúncios dos jornais ludovicenses, entre os anos de 1799-1834, um período de grandes transformações econômicas e políticas provocadas pela abertura dos portos em 1808, a assinatura dos tratados com a Inglaterra, em 1810 e a Revolução do Porto, em 1820. Pelos anúncios, Pinto pôde visualizar

elementos até então não captados, a exemplo do formato do livro, o preço, o local de venda e etc.

Assim, como fez Lucas Pinto, analiso neste trabalho a circulação de impressos na cidade de São Luís, entre 1831 e 1841. Entretanto, tomando por base um ponto específico, o processo de difusão desses materiais por meio dos anúncios dos jornais ludovicenses, feito por intermediários como tipógrafos e livreiros entre outros sujeitos, a fim de compreender como os jornais e suas seções de avisos/anúncios configuraram-se como relevantes suportes para o comércio livreiro no Oitocentos.

Afinal, de acordo com o que nos diz Robert Darnton (1990, p. 65), a História do Livro se interessa por cada fase do “circuito das comunicações” e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante.

No decorrer dos capítulos, alguns conceitos serão recorrentes, portanto, julgamos necessária uma breve explicação sobre estes termos. Do diálogo com Robert Darnton, por exemplo, utilizamos os seguintes instrumentos conceituais: *circuito das comunicações*¹, *intermediário* e a compreensão da *imprensa como força ativa da história*.

O termo *circuito das comunicações* foi elaborado por Robert Darnton (1990,p.66) para designar o ciclo de vida dos livros impressos, que contém cada fase desse processo. O termo *intermediário* é utilizado, pelo autor, para nomear “as figuras pouco familiares” envolvidas no processo de circulação de obras literárias por meio da palavra impressa: “trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros, e até leitores” (DARNTON, 1990, p 78). Na pesquisa, “intermediário” servirá como identificação para sujeitos que escreviam extensas ou pequenas listas de livros para serem vendidos em São Luís. Ainda segundo Darnton (1996, p. 15), “é preciso pensar a inserção histórica da imprensa como força ativa da história, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos”. Essa perspectiva teórica permite identificar os periódicos que circularam no contexto da pesquisa, como responsáveis pela articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos.

Do diálogo com Michel De Certeau, recorro ao conceito de *espaço praticado* que designa o efeito produzido pelo conjunto dos movimentos que se desdobram em determinado

¹Eventualmente, utilizo ao longo do texto a expressão “circuito de/dos impressos”.

espaço (1998, p. 202). Na pesquisa, o termo relaciona-se aos efeitos produzidos pela atuação dos intermediários no circuito de impressos em São Luís, que, por meio de suas práticas cotidianas, transformaram a cidade em um “espaço do livro”.

Dito isso, observo que os periódicos são, simultaneamente, fonte e objeto dessa pesquisa. Como premissa, consideramos, com Mônica Lessa e Silvia Fonseca (2008, p. 9), que:

[...] embora a utilização de periodicos como fonte histórica não seja tão recente a correspondência entre a proliferação de jornais e panfletos em circulação na Corte e nas províncias e a constituição de um espaço público político tem conferido à imprensa um papel central na historiografia.

Nesse sentido, mapeei os jornais impressos em São Luís (1831 a 1841) nos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite e da Biblioteca Nacional, disponíveis em microfilme ou *online*. Uma vez localizados os exemplares, procedeu-se a leitura e o mapeamento de dados e informações referentes aos objetivos propostos, através de uma análise quantitativa e qualitativa das seções de avisos e anúncios dos três jornais selecionados, a saber: *O Publicador Oficial*, o *Echo do Norte* e *AChronica Maranhense*. Em números, foram 356 edições do *Publicador Oficial*, 168 edições do *Echo* e 148 números da *Chronica Maranhense*, totalizando 672 edições. Outros anúncios, de outros jornais, também foram coligidos.

Outros conjuntos documentais também foram considerados, pois, embora privilegie os anos de 1831 a 1841, trabalho com a hipótese de que a transferência da família real e os desdobramentos da abertura dos portos, em 1808, foram acontecimentos decisivos nas relações político-culturais da então capitania do Maranhão, o que viabilizou um acentuado número de pedidos de autorização de envios de livros no sentido Portugal/Maranhão e contribuiu para a formação de um mercado consumidor nessa região da América portuguesa.

Nesse sentido, tomei como base documental os registros da Real Mesa Censória (RMC), preservados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), documentação catalogada pelo projeto “*Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*”, para observar a expressiva quantidade de solicitações de envio de livros de Portugal para o Maranhão, articulando-as ao objeto/tempo dessa pesquisa.

Organizei este texto em três capítulos, assim sistematizados:

No primeiro capítulo, analiso as relações entre a cidade e o circuito de impressos, durante o período regencial. Contudo, recuo ao período de 1808-1820, para pensara circulação transatlântica de impressos entre Portugal e Maranhão, a partir da abertura dos portos, em 1808. Destaco, ainda, a importância de algumas instituições, lugares e recursos que serviram de aporte para a circulação de impressos na cidade de São Luís.

No segundo capítulo, destaco a atuação de alguns livreiros para compreender quais as estratégias utilizadas para divulgar as obras de suas prateleiras, bem como identificar os pontos de venda, público-alvo e os preços dos títulos em circulação.

No terceiro capítulo, encerro com uma análise da resenha dos títulos anunciados e do modo como esta era concebida e idealizada nas páginas dos impressos da província. Deste modo, priorizo as recomendações e repercussões sobre os escritos, avaliando a sincronia no interesse por determinados títulos, em especial, os textos de Direito anunciados/resenhados/transcritos nos periódicos, considerando o contexto dos acontecimentos políticos vigentes.

1

A CIDADE E OS IMPRESSOS

O que queremos representar quando escrevemos sobre cultura escrita, tomando como referência de espaço/tempo a cidade de São Luís, entre os anos de 1831 e 1841?

Orientada por essa questão e considerando que, ao longo do século XIX, foi consolidado no Brasil um ambiente de intensa circulação da palavra impressa, com o surgimento progressivo de publicações como panfletos, periódicos, jornais e livros, tomarei a circulação de impressos dentro de uma rede de práticas culturais e sociais, de uma cidade atravessada por mudanças, a partir de 1808, com significativo crescimento populacional, dinamização da atividade portuária e a presença de créditos e manufaturas inglesas.

Nesse sentido, o presente capítulo analisa os registros documentais sobre posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís, no primeiro quartel do Oitocentos.

1.1.SÃO LUÍS: PERCEPÇÕES DE UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Os registros mais comumente utilizados sobre a cidade de São Luís, nas primeiras décadas do século XIX, foram feitos por viajantes europeus. Estes a descreveram sob diferentes aspectos, dentre eles: o inglês Henry Koster (1811)² e os naturalistas bávaros, Spix e Martius, em 1819³.

Segundo Marcelo Galves (2015, p. 55), entre os “usos” mais recorrentes desses relatos, pela historiografia maranhense, está aquele fundamentado no debate em torno dos “ares de civilidade” que teriam chamado a atenção dos viajantes, em especial de Spix e Martius, em 1819. Estes, ao descreverem a realidade ludovicense, deram ênfase à população e à riqueza da cidade. Captaram, portanto, o enriquecimento econômico dos produtores rurais e de outros setores do comércio maranhense que dotaram São Luís de certo requinte,

²A obra de Henry Koster foi publicada em Londres, em 1816, com o título *Travels in Brazil*. A primeira edição brasileira do livro, com tradução de Luís da Câmara Cascudo, foi publicada em 1942 com o título “*Viagens ao Nordeste do Brasil*”. Aqui, utilizo: Henry Koster (2002).

³Spix e Martius publicaram seus estudos em 1818. No Brasil, por ocasião do centenário do IHGB, em 1938, foi publicada a 1ª edição em português. Nesse trabalho utilizo: Spix; Martius (s/d).

possibilitando o envio de seus filhos para estudarem na Europa e reforçaram o “tom seguro e educado da sociedade” (BORRALHO, 2011, p.177).

Algumas dessas transformações vividas pela capital, São Luís, foram captadas pelo trabalho de Henrique Borralho (2011, p. 177):

Já no início do século XIX, em decorrência dos lucros da exportação, a cidade se aquinhoo; consumiam-se produtos europeus, instalaram-se as primeiras tipografias, construiu-se um teatro, assistia-se a peças teatrais vindas da Europa, circulavam o primeiro jornal do Maranhão, iniciavam-se os primeiros passos da alfabetização e ensaiavam-se voos das letras.

Dentre as modificações vivenciadas por São Luís, nesse contexto, nota-se a inserção da economia local no comércio atlântico. Segundo Galves (2016, p.2), a partir de 1808, com a transferência da família real para a América portuguesa e os Tratados de Comércio assinados entre Portugal e Inglaterra, a economia maranhense foi profundamente alterada pela inserção da capitania, por intermédio do algodão, no comércio atlântico, capitaneado pelos ingleses.

Nesse movimento, a cidade de São Luís cresceu. Recorrendo novamente aos viajantes supracitados: em 1811, o inglês Henry Koster calculou a população em 12.000 (2002, p. 297); oito anos depois, Spix e Martius a estimaram em 30.000 habitantes (s/d, p. 288). Cabe registrar, para os limites desse trabalho, que esses crescimentos/transformações interessam aqui porque alteram também a demanda por cultura letrada, especialmente a impressa.

Os anos pós Independência, no Maranhão, assistiram às disputas entre as elites locais pelo poder. Era momento de construir a ordem, agora, no estado imperial, mas, sobretudo, de se adequar à nova ordem, fortemente marcada por conflitos, de grosso modo, entre “brasileiros” e “portugueses”. As agitações políticas também fermentaram os prelos, de onde saíram, até 1831, mais de dez periódicos (PINTO, 2015, p. 85-87).

Com a abdicação do imperador, o Brasil vivenciou um período de instabilidade política, ante aos acentuados contrastes entre as províncias do Império e as revoltas que eclodiram, marcando um tempo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Dessa forma, a Regência, momento tradicionalmente visto sob a perspectiva negativa de época anárquica, como empecilho à formação e à preservação da nação

brasileira⁴,correspondeu ao grande *boom* na produção e difusão dos impressos. Marco Morel (2005) afirma que, após importante desenvolvimento nos primeiros anos de independência, a grande produção jornalística se dá a partir do período regencial (1831-1840). Em perspectiva semelhante, Marcello Basile destaca:

A imprensa conheceu desenvolvimento sem precedentes na década de 1830. Verifica-se, em particular nesses primeiros anos, vertiginoso crescimento de publicações nos centros em que já havia tipografias – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás –, aos quais se vieram somar, até 1840, Santa Catarina, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo. Esse desenvolvimento da imprensa vincula-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e a mobilização da opinião pública. (BASILE, 2011, p. 65).

O parlamento, a imprensa, associações, manifestações cívicas e movimentos de protesto ou revolta constituíram os instrumentos principais de ação política no período regencial. Nesse sentido, a imprensa⁵ abria muitas sendas, uma delas atrelada à questão da produção e do consumo de impressos.

Dessa forma, em virtude do período ser de crescente acesso aos periódicos, os livreiros e outros vários comerciantes que, em algum momento, venderam diversas publicações, contribuindo para a circulação de livros na cidade, intensificaram a utilização deste veículo para divulgar as obras de suas lojas.

Assim, para o período em questão, ainda que se imponha a tendência de priorizar os aspectos que fizeram da década de 1830⁶um marco de “florescimento intelectual”, com a consolidação de um “ambiente intelectual” na história maranhense, é possível focar nosso olhar para outros aspectos dessa cidade em transformação e analisar, por exemplo, as relações entre a cidade e o circuito de impressos. Afinal, como alerta Chartier (1945, p.173), são “as redes de práticas culturais e sociais que dão sentido ao material impresso”.

Nessa perspectiva, as mudanças em curso deram sentido ao material impresso, tornando mais efetiva a demanda por livros e impressos, em geral, e possibilitando leituras e disseminação de ideias. Dentre as transformações do período, assistiu-se a criação de ambientes públicos que deram origem à primeira Biblioteca Pública (1831), ao Liceu

⁴Essa imagem sobre a Regência foi construída durante o Segundo Reinado, por historiadores ou políticos, como Justiniano José da Rocha (1956, pp. 176-199).

⁵Voltarei a este assunto no capítulo seguinte.

⁶ Observo que a preocupação aqui é com as razões práticas para se ler. Contudo, sobre a noção de “florescimento intelectual”. Cf. Borralho (2010) e Martins (2006).

Maranhense(1838) e ao Gabinete Português de Leitura (1853). Assim, ao lado dos ambientes privados, os espaços públicos de ensino e leitura abriram caminho para um maior fluxo de leituras. Ao trilhar os rumos da instrução pública⁷, segundo César Castro (2011, p. 140), o Maranhão:

No século XIX, a partir da expansão da educação maranhense, notadamente a partir de 1830 com a criação do Liceu, e sem perder a referência a outras iniciativas educativas, particulares e públicas, como o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, a Casa dos Educandos Artífices, a Escola Agrícola de Cutim e o Asilo de Santa Teresa, inaugurou-se a fase que denominamos de período de sistematização de um pensar e de um fazer pedagógico e, por conseguinte de uma produção de livro e da leitura no Maranhão.

Contudo, para além das modificações no espaço urbano, a criação de jornais é outra forma de visualizar a circulação e, principalmente, a produção dos impressos no cotidiano da província. Dentre eles, destacamos: *O Publicador Oficial*, de 1831, o *Echo do Norte*, de 1834, e *A Chronica Maranhense*, de 1838.

A partir da contextualização e de acordo com o mapeamento dos anúncios dos jornais ludovicenses será possível observar que as agitações políticas do período alcançaram o circuito de impressos, em especial de jornais e obras políticas, proporcionando uma maior circulação de periódicos, livros, folhetos etc. Além disso, diante da instabilidade política da época, os impressos nas suas amplas relações com a cidade revelam, entre outros aspectos, conexões entre a política vigente e a circulação de ideias impressas.

Porém, longe de reproduzir um olhar enviesado⁸ a respeito da relação do território com a cultura escrita, cristalizado pela historiografia maranhense, recuo aos anos de 1808 a 1820 (tomo aqui o recorte que vai do ano da abertura dos portos ao ano que precede a instalação da Tipografia Nacional) a fim de lançar um breve olhar sobre as experiências da capitania com a palavra impressa, com base na expressiva quantidade de impressos remetidos de Portugal para o Maranhão e que foram registrados pela Real Mesa Censória.

⁷O termo “instrução” é de uso recorrente nessa pesquisa. Durante o Oitocentos, a expressão designava o que, atualmente, conhecemos como educação. A instrução estaria ligada ao ato de instruir, vinculada diretamente a este saber escolar. Educação, por sua vez, estaria relacionada ao ambiente doméstico, sendo, portanto, algo mais amplo. Para maiores esclarecimentos, consultar Vainfas (2009).

⁸ Em grande parte, devedor da observação de Antonio Bernardino Pereira do Lago. Em 1822, ao publicar sua *Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão*, Lago afirmou que, nas terras maranhenses, “não havia livreria alguma ou algum estabelecimento que vendesse impressos”. (LAGO, 2001, p. 77).

1.2. IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO: 1808-1820

No início do século XIX, a situação política de Portugal e as transformações que ocorriam nessa conjuntura provocaram mudanças nas capitanias da América, que podem ser observadas a partir da transferência da Corte, em 1808, da abertura dos Portos e da assinatura dos tratados comerciais com a Inglaterra em 1810.

Dentre os efeitos dessas mudanças, e preocupado com “o caminho dos livros” na América portuguesa, Schapochnik assinala:

Como já é suficientemente conhecido, o caminho dos livros e a aventura da cultura letrada na América Portuguesa esteve por cerca de três séculos interditados por entraves jurídicos, políticos e religiosos, em razão dos dispositivos implementados pelo Estado monárquico português. Todavia, com a transferência da Família Real para a sua colônia em 1808, fruto do concerto europeu marcado pela expansão napoleônica e da aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha, algumas travas do pacto colonial foram arrefecidas. Além da liberdade de comércio, foram adotadas algumas medidas que tiveram grande repercussão no campo da cultura. (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 156.) (grifos nossos).

Em São Luís, como já observado, o impacto dos novos ares da cidade possui ligação com a atração dos comerciantes ingleses na compra do algodão e arroz, produzidos nas terras luso-maranhenses. Nesse momento, a capitania do Maranhão ganha projeção no comércio Atlântico, de modo muito mais efetivo do que nas décadas anteriores.

Apesar das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no início do século XIX e motivadas pela transferência da Corte, a situação da imprensa nas capitanias pouco se alterou antes de 1821.

Dessa forma, na virada para o Oitocentos⁹, o Maranhão era, sim, uma capitania sem imprensa, mas não sem livros. De acordo com as recentes produções¹⁰ da História do Livro e da Leitura na América portuguesa e com base na documentação da Real Mesa Censória, o Maranhão já despontava entre aquelas capitanias com grande demanda de impressos da Corte (em Lisboa) para a Colônia.

⁹ No final do século XVIII, no Maranhão, de acordo com Marcelo Galves (2014, p. 125), a primeira tentativa oficial de comercialização de impressos em São Luís ocorreu em 1799, quando foi criada a Livraria junto à primeira Casa de Correios da capital.

¹⁰ Cf. Márcia Abreu (2003).

Para o período em questão, aqueles que viviam nesse cenário, com frequência, recorriam às importações como forma de obter livros de que necessitavam ou desejavam manter junto de si. Contudo, para remetê-los ao Brasil, era necessário obter autorização da censura portuguesa, que registrava minuciosamente as solicitações e os despachos.

Assim, a análise da circulação de livros, para o intervalo de 1808-1820, será considerada a partir das solicitações de autorização de envio de livros de Lisboa para o Maranhão, submetidos à Real Mesa Censória, órgão português de censura e o responsável pelo controle do comércio livreiro na metrópole e em suas colônias, pelo menos, entre 1773 e 1826.

Nessa perspectiva, a regularidade do envio e a quantidade de títulos remetidos indicam a existência de um público leitor constituído na América portuguesa, desde meados do século XVIII. Revelando, sobretudo, uma alternativa de acesso a livros, jornais e folhetos à época.

As remessas de livros para o Maranhão, que passaram pelo olhar vigilante da Real Mesa Censória¹¹, sinalizam uma movimentação vigorosa, com 318 requisições de envio de livros de Lisboa.

Através dos registros censores é possível saber quem faz a solicitação, qual é a finalidade do envio dos livros, quais são os títulos e a data que provavelmente foram remetidos de Lisboa para São Luís. Segundo Marcelo Galves (2013, p.9), as motivações que conduziam as remessas de impressos para o Maranhão relacionavam-se há muitas razões, entre elas, deslocamento de bibliotecas particulares, difusão de literatura religiosa ou práticas comerciais.

Entre os anos de 1808 e 1820¹², 56 pessoas fizeram 139 petições de envio de livros para o Maranhão. Como exemplo, cito o comerciante de livros Manuel Antonio Teixeira da Silva¹³ que, no período, foi o responsável por 27 remessas de livros.

O pedido a seguir indica o nome do responsável pela solicitação que, dirigindo-se a Vossa Alteza Real, declara ter necessidade de remeter livros para o Brasil ou de levá-los consigo em viagem, solicitando, portanto, a autorização da Real Mesa Censória:

¹¹ Todas as referências à Real Mesa Censória referem-se ao Fundo preservado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, caixa 159.

¹² Recorte da pesquisa e não da documentação.

¹³ Sobre Manuel Teixeira da Silva, consultar Romário Basílio (2014).

Diz Joze Francisco da Silva que ele manda para o Maranhão os Livros que constam da relação junta e para que na Alfândega competente se entregue sem embarace. P. a V. A. R. seja servido conceder lhe os despachos do estilo. Lisboa, 5 de Maio de 1813. (ANTT, RMC, caixa 159).

No caso citado, pode-se saber quem faz a solicitação, quais são os títulos e, aproximadamente, em que data foram remetidos. Infelizmente, os dados não são sempre tão completos, já que a maioria dos pedidos não indica o destinatário da remessa e nem a finalidade do envio. Assim, na quase totalidade dos casos, sabe-se somente quais livros foram enviados, em que data, para qual localidade e quem os remeteu. Se estes dados nos informam sobre os livros legalmente expedidos para o Maranhão, resta ainda saber qual era seu destino quando aqui aportavam.

Algo digno de nota é que a demanda por livros é algo que se altera nos diferentes lugares e contextos. Na virada do século XVIII para o XIX, alguns gêneros pareciam destinados ao sucesso. Com base nos registros da RMC, observa-se o predomínio de obras religiosas, dicionários, gramáticas e obras voltadas para os saberes ligados à agricultura, como forma de “levar as ideias fisiocráticas às colônias e difundir as luzes das ciências” (LUNA, 2009, p. 148). Entre os títulos escolhidos para serem remetidos ao Maranhão, além de compêndios sobre a atividade agrícola, destacava-se *O Fazendeiro do Brasil*, de autoria do botânico Frei José Mariano Conceição Veloso.

Registra-se, também, a circulação de livros de Direito, sobretudo entre os anos de 1820 e 1822. Neste período, a circulação de ideias liberais adquiriu uma inédita ampliação na América portuguesa (PINTO, 2015, p. 61).

Se, por um lado, os desdobramentos da transferência da Corte contribuíram para a circulação de material impresso, por outro, com base nos aspectos do desenvolvimento econômico do início do Oitocentos, vivenciado pela capitania, permitiu que São Luís passasse a contar com a instalação do Tribunal da Relação, em 1813. Nessa conjuntura, aumenta a demanda por livros, em especial os títulos de Direito e de Comércio, bem como as gramáticas e os dicionários.

1.3. A CIDADE, AS TIPOGRAFIAS E OS IMPRESSOS: “O ESPAÇO PRATICADO”

Os livros são objetos físicos que circulam pelos canais do mercado. (DARNTON, 1998, p.198).

Construir uma história local, a partir da abordagem das práticas e discursos sobre a cultura escrita, que reconstrói o espaço e cria novas formas de percepção e de usos do espaço urbano analisado, tem sua pertinência no contexto da História Social. Michel de Certeau, em sua obra “*A Invenção do Cotidiano*” (1998), destaca alguns conceitos bastante relevantes no âmbito das pesquisas de orientação culturalista. Aqui, recorro ao conceito de *espaço praticado*, para pensar os canais do mercado por onde circulam os impressos, pois, segundo o autor: “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 1998, p. 101).

Logo, é interessante perceber os impressos nas suas relações mais amplas com a cidade. E, mais do que apenas sinalizar quais eram os principais pontos de venda, é pensar o valor que tais lugares adquiriam dentro do circuito de impressos. De modo específico, os livreiros e tipógrafos ao conduzirem os apreciadores de livros aos pontos de produção e distribuição, que se localizavam, em sua maioria, na área correspondente à freguesia de *Nossa Senhora da Vitória*, localização do bairro da Praia Grande, transformando as ruas de São Luís em espaços do livro. Essa ideia de “espaço do livro” ultrapassa o campo comercial e passa a abarcar as discussões e os efeitos que tal objeto atribuía à cidade, às pessoas e aos lugares.

Há muito, a própria historiografia brasileira analisa os espaços em que circulam os impressos. Dessa forma, no circuito de vida desse produto, segundo Márcia Abreu (2003, p. 147), há diferentes formas de comercializá-los no século XIX. Reconstruir os caminhos por onde escoavam, permite vislumbrar o percurso dos livros e perceber quais espaços, específicos ou não, possibilitaram aos homens e mulheres aproximar-se dos produtos da cultura impressa.

Entre os anos 1831-1840, com base nos anúncios dos jornais da época, observei que a Rua Grande foi, possivelmente, o endereço com maior número de pontos comerciais de livros de todas as ruas de São Luís. Os anúncios demonstram que, ao longo dessa rua, havia uma pluralidade de estabelecimentos comercializando os mais diversos tipos de impressos,

como as Boticas, a do Sr. João José Lima, de Joze Antônio Pereira do Lago, de Candido José de Carvalho e Castro, de Balthazar & Irmãos e de Jucundino¹⁴.

Recorrendo novamente a Darnton (1998, p. 198), os lugares por onde eram escoados os livros eram áreas de negociações e de encontros de leitura e sociabilidade dos leitores. Enfim, lugares onde a produção, distribuição, venda e leitura de livros acontecia concomitantemente ao comércio em geral.

Segundo Galves (2015, p.183), em São Luís, para os anos de 1821-1826, o “Largo do Palácio, a Rua Portugal, a Rua Grande e a antiga Rua dos Barbeiros eram pontos de intensa movimentação comercial e política, espaços onde também residiam alguns dos principais comerciantes da cidade”. Portanto, os intermediários dos livros, como sujeitos históricos, transformaram, em suas práticas diárias, as ruas e ambientes de São Luís em “espaços do livro”. Nas palavras de Certeau, um *espaço praticado*.

Assim, de acordo com a recente historiografia maranhense¹⁵ e a partir do mapeamento dos jornais, percebi que, em São Luís, nas primeiras décadas do século XIX, os caminhos¹⁶ dos livros conduziam a lugares múltiplos. Logo, acessá-los estava para além da frequência às livrarias. Se nos baseássemos apenas na existência de livrarias, para perceber a presença do comércio de impressos no Maranhão, continuaríamos a perpetuar o que ficou consagrado pela historiografia maranhense clássica, que viu na inexistência desse tipo de estabelecimento, a nulidade do circuito dos impressos entre o final do século XVIII e início do XIX, tomando como marcos iniciais da difusão da cultura letrada na província a instalação da Tipografia Nacional em novembro de 1821 e o início de publicação de jornais.

Além do mais, conforme apresentarei a seguir, ao leitor que quisesse saber sobre o comércio livreiro, bastava lançar um olhar rápido nas seções de avisos e anúncios dos principais jornais em circulação para encontrar as informações desejadas.

Nessa perspectiva, para analisar a circulação de impressos em São Luís, faço um breve parêntese sobre as atividades tipográficas. Afinal, na era do impresso, o ateliê

¹⁴ Conferir os seguintes anúncios: *O Publicador Oficial*, nº 5, 5/11/1831, p. 20; *O Publicador Oficial*, nº 169, 19/6/1833, p. 702; *O Publicador Oficial*, nº 184, 10/8/1833, p. 762; *O Publicador Oficial*, nº 264, 24/5/1834, p. 1090; *Echo do Norte*, nº 38, 16/11/1834, p. 152; *A Chronica Maranhense*, nº 193, 8/12/1839, p.776.

¹⁵ Refiro-me aos trabalhos de Angela Pereira (2017), Marcelo Galves (2015), Lucas Pinto (2015) e Romário Basílio (2014).

¹⁶ Cf. Márcia Abreu (2009, p.7-30).

tipográfico é o lugar por excelência onde são multiplicados em número, os objetos que asseguram, por bem ou por mal, a circulação das obras (CHARTIER, 2007, p. 17).

A intenção não é superestimar o surgimento das oficinas tipográficas como marco da cultura impressa em terra timbira, tampouco criar dicotomias entre o manuscrito e o impresso, mas pensar a introdução desse estabelecimento como um processo histórico de longo prazo, que contribuiu com a ampliação da produção e circulação de textos dentro da província do Maranhão. Pois, como afirma o historiador francês, a invenção de Gutenberg, de modo algum, aboliu o papel da cópia manuscrita, mas atuou como suporte de publicação e transmissão de texto (CHARTIER, 2007, p. 18). Em outras palavras, a tipografia serviu, dentre vários fatores, para facilitar o acesso dos interessados às notícias e fazer com que a circulação destas fosse mais ágil.

Na primeira metade do século XIX, as oficinas tipográficas da província do Maranhão impulsionavam o contato entre os homens e mulheres com a cultura impressa, não somente pelo processo de produção/impressão, mas também por costumar ser o principal ponto de difusão desse artefato. De acordo com César Castro (2015, p. 246), [as tipografias] “contribuíram para a circulação em jornais dos anúncios de compra e venda de livros vindos de Portugal, da Inglaterra, principalmente, da França¹⁷, que tratavam de filosofia, direito, línguas, dentre outros assuntos”.

No rol das tipografias atuantes, destacaram-se a Typographia de Abranches e Lisboa, localizada na Rua dos Afogados, casa Nº 43. Local de subscrição e venda do periódico *Echo do Norte*, que anunciava livros como *O Manual do Processo Criminal* e o *Novo Methodo de Grammatica Latina*.

A Typographia de Ricardo Antônio R. de Araújo a parece como local de venda de muitos livros e folhinhas (calendários), a exemplo das obras *Vista da América Meridional e do México*, *Folhinhas particulares desta Província para o ano 1837* e *Folhinhas de Porta Ano de 1839*. O proprietário dessa casa impressora, entretanto, não investiu apenas na produção, pois além de mandar imprimir, ocupava-se, também, da encadernação e outros serviços, conforme se pode acompanhar a seguir:

¹⁷De acordo com Márcia Abreu (2012, p. 13), “um vínculo muito mais forte do que a simples origem geográfica dos livros unia brasileiros e franceses: seu gosto literário”.

- Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo anuncia ao respeitável Publico que se propõe a encadernar livros brancos, e outros quaisquer. Concertar os que forem velhos; e aparar papel. As pessoas que se quiserem servir do seu préstimo dirigir-se-ão à Typographia do mesmo anunciante sita no Largo do Palácio, ou á casa defronte do Teatro, para com ele tratar no ajuste. (*O Publicador Official*, nº249, 1834, p. 1030).

No entanto, é importante ressaltar que, para além de compor o circuito dos impressos nas oficinas tipográficas, outras atividades eram desenvolvidas. Logo, as tipografias caracterizavam-se como um dos lugares de intenso fluxo de pessoas, interessadas em obter livros, jornais, folhinhas, mas também em outros serviços. Em outras palavras, constituía-se como espaço público, de acordo com o conceito defendido por Marco Morel¹⁸, por constituir uma rede de interações entre diferentes agentes históricos.

Em geral, os jornais cediam generosos espaços ao expediente do governo provincial. Nessa direção, muitas vezes encontramos relatórios de diretores de instrução e de presidentes de província, transcritos nos. Logo, além da identificação de dados referentes à quantidade de volumes existentes no acervo da Biblioteca Pública, também foi possível constatar relatos de propostas de compêndios a serem utilizados nesses espaços. Vejamos alguns casos.

O Publicador Official, por exemplo, na seção *Artigos de Officios*, trazia informações direcionadas ao Ministério do Império, a despeito de duas *Coleções das Estampas d' Flora Fluminense* direcionadas à Biblioteca Pública desta cidade (nº 27, 21/01/1832, p. 108).

No *Echo do Norte*, edições nºs 57 e 58, o *Discurso do Exm. Presidente da Província na Instalação da Assembléia Provincial a 16 de Fevereiro de 1835*, ao tratar da instrução pública, alertava para a necessidade de se obter livros para a província.

Cabe aqui falar-vos sobre a Biblioteca Pública: este útil estabelecimento pouco tem florescido; por quanto criado com o aumento de 1448 volumes apenas este se eleva hoje a 2399, inclusive 443 volumes que a meu pedido foram ultimamente remetidos da Biblioteca Publica da Capital do Império: a este pequeno argumento tem contribuído por uma parte e não se há empregado na compra sucessiva de novos Livros todas as quantias já designadas para este fim em diversas Leis de Orçamento: por outra o não terem as Câmaras promovido a subscrição voluntária e anual, em favor desta Instituição, como lhes foi encarregado pelo artigo 2º do Decreto de 5 de Setembro de 1832. (*O Publicador Official*, nº58, 1835, p.228).

¹⁸Cf. Marco Morel (2005).

O trecho exemplifica uma das formas de expansão da cultura escrita, através de instituições como a Biblioteca Pública, criada em 1831. Expansão, nesse caso, diretamente relacionada ao projeto político de ampliação da instrução pública, nos primeiros anos do Império.

1.4. OS JORNAIS, SUPORTE PARA A CIRCULAÇÃO DOS IMPRESSOS: OBJETO E FONTE

Toda a questão da propaganda do livro requer exame. Muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de sua utilização estudando a maneira como eram apresentados – a estratégia do apelo, os valores invocados pelo discurso empregado – em todos os tipos de publicidade, das notícias dos jornais aos cartazes de muro (DARNTON, 1990, p.73).

O mapeamento dos quadros de anúncios tem possibilitado, aos historiadores, perceber a penetração da palavra impressa em várias cidades. Nesse sentido, a movimentação cotidiana dos jornais locais permite apreender a movimentação dos livreiros a partir da divulgação de anúncios.

No processo de escrita desse trabalho, a análise dos anúncios exigiu um cuidado metodológico ao não tomar suas publicações como meras fontes de informação do objeto aqui priorizado, evitando, assim, a apropriação dos anúncios, deslocando-os dos veículos aos quais estão integrados, sem quaisquer mediação de análise ao contexto macro da pesquisa, o que significaria correr o risco de cair numa simples sistematização de dados. Logo, busquei cotejar a documentação com a historicidade à qual pertencia, como veremos no capítulo três.

Nesse sentido, cabe salientar que a filiação dos redatores dos periódicos guarda uma relação direta com os seus conteúdos. O caráter político do *Echo do Norte*, por exemplo, não pode passar despercebido, pois será um fator de grande importância para a compreensão dos anúncios.

Com a circulação impressa do primeiro jornal maranhense, em 1821, *O Conciliador do Maranhão* inaugurava uma prática que se tornaria comum nos anos seguintes, o da divulgação de material impresso, conforme Galves (2015, p.59):

No Maranhão, os pontos de venda de livros e jornais podem ser mais facilmente observados a partir dos anúncios trazidos pelo *Conciliador*, primeiro jornal da província, que circulou a partir de abril de 1821. Em casas, lojas e boticas era possível encontrar uma importante variedade de impressos, de folhinhas de reza, porta e algibeira a autores clássicos, como Tito Lívio, Virgílio e Horácio; novos métodos de Gramática; a *Estatística histórico-geográfica*, de Antonio Bernardino Pereira de Lago; e jornais, folhetos e coleções de leis portuguesas elaboradas sob a nova ordem, agora constitucional. Havia também a possibilidade de encomendar livros, jornais e folhetos portugueses, serviço oferecido por Francisco José Nunes Corte Real, funcionário da Tipografia.

Como exemplo, em aviso da edição nº 72, o *Conciliador* informava:

AVISOS

Na loja de Manuel Antonio dos Santos Leal & Comp^a, na Praia Grande, há para vender os 7 primeiros Folhetos da Obra intitulada – O Pregoeiro Lusitano, História circunstanciada da Regeneração Portuguesa, desde o Porto, seu ilustre berço, até a última conclusão das Cortes; com vários discursos tendentes ao mesmo objeto- O sétimo Folheto chega até Maio de 1821; e se vende toda a coleção dos sete Folhetos por 5.600 réis. (*O Conciliador do Maranhão*, nº 72, 20/3/1822, p.290).

Nessa perspectiva, uma das formas pelas quais um leitor interessado em adquirir livros, poderia descobrir a localização de vendedores e as obras disponíveis através da consulta aos anúncios dos periódicos que circulavam naquele momento, de 1831 a 1840.

Conforme Ôzangela Silva (2009, p.103) destaca, “em contato direto com autores, editores e livreiros, os jornais participaram do processo de escoamento das obras como um meio pelo qual as estratégias de divulgação dos livros e “sedução” dos leitores eram apresentadas ao público”. De modo geral, os periódicos foram os principais responsáveis pela circulação e divulgação da cultura escrita.

Registre-se que, na maioria das vezes, os anunciantes indicavam os títulos e, às vezes, o local de venda, mas raramente o valor dos livros. Observa-se que, os avisos definiam o valor a “preços commodos”. Porém, quando os avisos eram sobre novos periódicos, o anunciante costumava apresentar o local de subscrição e venda, bem como o valor da folha, por trimestre ou avulsa, conforme veremos no subitem “‘*Sahirá à luz*’: novos periódicos em circulação”. Segundo Gilberto Freyre (2012, p.10):

No anúncio procura-se “atrair, prender, absorver” a atenção do leitor de jornal, de modo todo especial: com objetivos práticos e imediatos, através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado, à revelia de compreensão do assunto ou de reflexão sobre o mesmo objeto da parte do leitor sugestionado. Objeto que tanto pode ser um tipo de calçado como um tipo de vinho; um cavalo ou uma casa.

Note-se, também, que os quadros de avisos dos jornais publicavam, além dos avisos feitos pelos órgãos administrativos, outros diversos produtos e serviços, que se colocavam a serviço do público leitor. Basta dizer que era possível, a quem desejasse propagar suas habilidades e conhecimentos, oferecer aulas aos interessados; tornar pública a intenção de venda de um imóvel, ou de um produto qualquer; e comercializar livros, folhetos, jornais etc.

A historiadora Regiane Mançano destaca a importância do anúncio dentro do espaço que ocupa nos jornais e sua contribuição para o comércio livreiro:

Os anúncios eram uma alternativa de renda para os jornais, pois com a publicação de reclames, as folhas deixavam de ser dependentes apenas do dinheiro arrecadado com suas vendas, entretanto, tornavam-se, na visão de Sainte-Beuve, subservientes aos interesses de quem mandava publicar as propagandas. Entre os interessados estavam os mercadores de livros, afinal o crescente acesso do público aos jornais levou os livreiros a utilizarem-se amplamente de tais veículos comunicativos para divulgar e escoar as obras de suas prateleiras. (MANÇANO, 2010, p.2).

Entre 1831 e 1840, circulavam em São Luís, aproximadamente, 15 periódicos. Dos quais, três se destacavam na difusão de informações sobre livros: *O Publicador Oficial*, *Echo do Norte* e *A Chronica Maranhense*, que anunciaram, respectivamente, 46, 15 e 10 avisos relacionados à posse, comércio e circulação de impressos.

O Publicador Oficial ganhou as ruas de São Luís no dia 22 de outubro de 1831. Em substituição à folha intitulada *O Semanario Oficial*, redigida por Manoel Monteiro de Barros, era impresso na Typographia Liberal sob a direção de Francisco de Salles Nunes Cascaes. A subscrição e distribuição eram feitas na Typographia Liberal, situada no Largo do Palácio, Casa nº15. O exemplar avulso do periódico custava \$120 réis e a assinatura, por trimestre, era vendida a 2\$400 réis. Circulou durante 10 anos. De acordo com Joaquim Serra (2001, p.26), os assuntos de que se ocupava eram muito limitados, restringindo-se às questões da administração pública.

O Echo do Norte teve sua publicação iniciada em 3 de julho de 1834. A folha chegava às ruas de São Luís as segundas e quintas-feiras, ademais, saíam algumas edições extraordinárias. O valor da assinatura trimestral custava 2\$400 réis, mas, também, poderiam ser adquiridos os exemplares avulsos por \$160 réis. A subscrição e venda eram realizadas na Typographia Abranches e Lisboa, localizada na Rua dos Afogados, casa nº 43. A seção de

Avisos do periódico era uma vitrine do comércio ludovicense dos primeiros anos do século XIX, permitindo visualizar toda sorte de ofertas e procura de produtos, dentre os quais, livros e demais matérias impressos, além de prestação de serviços.

Quatro anos mais tarde, em 1 de janeiro de 1838, saía à luz o primeiro número do periódico intitulado *A Chronica Maranhense*, jornal de oposição. Propriedade do jornalista João Francisco Lisboa, apresentava um alto teor político em seu projeto editorial. Reproduzia extratos de periódicos de outras províncias e também trazia notícias do interior do Maranhão. Circulava com periodicidade bissemanal. Interessados em assinar a folha, poderiam dirigir-se ao escritório do Tabelião Joaquim Baptista da Cunha, na Rua da Paz, nº20. O valor da assinatura anual custava 9\$600, por trimestre, 3\$000. As folhas avulsas, vendidas a \$160 réis, eram vendidas na Typografia do Snr. Ignácio Jozé Ferreira.

A análise dos reclames me possibilitou perceber que esses fragmentos dos jornais registravam muito mais do que o processo de comercialização dos livros, pois contribuíam também para o estudo do desenvolvimento de outras etapas do ciclo de vida do livro. Como por exemplo, a produção, encadernação, impressão, além de informações sobre fornecimento de papel e tipografias. Sobre as informações dessas etapas, que compõem o circuito de comunicações, localizei os seguintes anúncios:

AVISO

Galdino Marques de Carvalho propõem-se a encadernar Livros e aparar Papel, tudo por preço cômodo; as pessoas que se quiserem utilizar do seu préstimo podem dirigir-se a Typographia de Abranches e Lisboa (*Echo do Norte*, nº 27, 7/10/1834, p. 108).

AVISO

Quem tiver papel da qualidade deste em que se imprime o *Echo* dirija-se ao Redator que compra até 50 resmas (*Echo do Norte*, nº45, 30/12/1834, p. 180).

AVISO

Quem tiver para vender um papel à feição do de peso no tamanho, e igual ao em que se imprimia em Londres o *Correio Brasiliense*, e o *Português*, dirija-se ao redator desta folha que comprar de 50 a 100 resmas (*Echo do Norte*, nº85, 5/7/1835, p. 344).

Seo anúncio não pode dizer tudo sobre a circulação de impressos, autoriza um levantamento sobre o que era possível ser localizado no mercado ludovicense. Permite, ainda, esboçar as estratégias do apelo e os valores invocados pelo discurso empregado no trabalho dos comerciantes. Assim, a divulgação dos impressos torna-se parte integrante desse circuito,

não apenas por exercer influência, mas, também, por ser influenciado pelos demais elementos que o constituem.

2

OS IMPRESSOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS (1831-1841)

Mas é preciso estudar melhor o livreiro enquanto agente cultural, o intermediário entre a oferta e a demanda em seu principal ponto de conexão. (DARNTON, 1990, p.76).

Muitos são os sujeitos, instituições e veículos de sociabilidade que dão vida aos livros, aos jornais, aos folhetos etc. Nesse segundo momento, o termo *intermediário*, utilizado por Robert Darnton para nomear “as figuras pouco familiares” envolvidas no processo de circulação de obras literárias por meio da palavra impressa: “trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros, e até leitores” (DARNTON, 1990, p 78), será aplicado aos sujeitos que escreviam extensas ou pequenas listas de livros para divulgar o comércio livreiro em São Luís¹⁹.

Além desse aspecto, conforme sinalizei no capítulo anterior, esse intermediário de produtos impressos, aparentemente comum em suas práticas do dia a dia, fez das suas experiências comerciais não apenas algo lucrativo, como também, ao dar sentido à circulação de impressos, se interligando, em alguns momentos, com outras fases do circuito, transformou ruas e lugares da cidade em “espaços do livro”.

Nessa perspectiva, as notícias sobre circulação de livros, as indicações de leituras nos quadros de anúncios e os avisos dos periódicos da época são maneiras de observar a existência de um circuito: livreiros, redatores, compradores.

Assim, nesse capítulo, serão esboçados breves perfis desses mercadores de livros, com o interesse de compreender quais as estratégias utilizadas para facilitar a difusão dos impressos. Além de identificar os títulos, a partir dos anúncios dos periódicos em circulação, entre 1831-1841, que mais noticiaram sobre posse, comércio e circulação de ideias impressas: *O Publicador Oficial, Echo do Norte e A Chronica Maranhense*.

¹⁹Como ressalva Ôzangela Silva (2009, p.78), “[embora] as divulgações dos livreiros não levassem necessariamente à leitura, contudo podiam influenciar as escolhas dos leitores, pois, representavam por um lado os registros das obras que circulavam no período, por outro a importância comercial atribuída a alguns escritores”. Ou seja, nota-se o prestígio que alguns autores gozavam naquele momento. Em alguns casos, a obra era referenciada pelo sobrenome do autor, recurso metonímico usado para se referir às principais obras do autor citado (BASÍLIO, 2014, p.7).

Contudo, primeiramente, analisarei um dos indicativos da presença marcante dos impressos no cotidiano da província, isto é, a produção e circulação de novos periódicos.

2.1. “SAHIRÁ À LUZ”: NOVOS PERIÓDICOS EM CIRCULAÇÃO

No rol dos impressos anunciados, constava um expressivo número de jornais. Essa expansão no número de novos periódicos em circulação no Brasil, em especial os jornais, indicava novos hábitos e refletia os desdobramentos da liberdade de imprensa. No Maranhão, segundo Elizabeth Abrantes:

O número expressivo de jornais circulando na província desde a Independência do Brasil revela o clima de agitação de ideias nesse período favorecido pela liberdade de imprensa, bem como o debate sobre os problemas políticos referentes ao processo de construção do Estado Nacional, sob a forma de um governo monárquico constitucional, onde divergentes interesses estavam em jogo. A imprensa maranhense, acompanhando esse clima de “febre periodiqueira”, tornou-se uma tribuna para os grupos políticos locais defenderem suas ideias e atacarem seus adversários, sendo um dos instrumentos mais eficazes na formação da opinião pública. (ABRANTES, 2015, p.64).

Como assinalou a historiadora Lucia Maria B. P. das Neves, desde a Independência do Brasil:

O crescente número de periódicos no mundo luso-brasileiro, a partir de 1820 indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos. Propiciados pela liberdade de imprensa, desde o movimento constitucionalista de 1821, esses escritos refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias, abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação do Antigo Regime, tais como bandos, impressos ou manuscritos nas ruas, proclamações em alta voz, entre outros. Esses escritos passavam a fazer parte integrante desses espaços de sociabilidade, como demonstravam as diversas cartas das quais os redatores semanalmente publicavam uma seleção. Utilizando-se principalmente de uma linguagem política, os jornais traziam à tona os novos paradigmas do liberalismo. Criavam-se as condições para que essa literatura política assumisse em seu ideário as principais posturas da época. (NEVES, 2003, p. 36).

Tal constatação pode ser percebida pelos títulos dos livros mais divulgados nos anúncios, bem como, pelos espaços que algumas dessas obras recebiam no corpo editorial do

periódico²⁰. Logo, uma das formas de percepção da circulação dos impressos está na análise dessa “febre periodiqueira”.

Entre 1831-1840, foram anunciados cerca de 20 novos periódicos. De acordo com os estudos de Lucas Pinto (2015), entre os anos de 1821 a 1829, foram anunciados 13 novos jornais, dos quais somente 11 foram localizados. Registra-se um aumento significativo da produção de periódicos. Para além do aspecto quantitativo, vale uma observação qualitativa das propostas dos redatores por detrás de cada novo periódico.

Nesse sentido, o mais importante é o significado do aparecimento e da variedade, considerando que era iniciativa de um indivíduo, por vezes, imbuído de uma missão de esclarecimento cultural ou político. Segundo Gladys Sabina Ribeiro (2008, p. 39), no contexto da Abdicação, os redatores entendiam sua função como de uma importância ímpar, pois conferiam a si uma missão pedagógica, a de educar e instruir o povo para o bem público e para a felicidade da nação. Como pode ser observado no anúncio a seguir:

Desejando quanto couber em minhas faculdades concorrer para a felicidade do meu País natal, me proponho a redigir hum Periódico, que trará por título- A SENTINELLA MARANHENSE- A magnitude da empresa me poderá desacorçoar, se me não ocorrerá que o obstáculo das coisas está em começá-las: assim, pois, animado de boas intenções, escreverei logo que me desembarace, que supponho ser breve, pelo respectivo Júri; das calúnias, que ,e assacarão; e com a coadjuvação das estimáveis assinaturas, e bons conselhos dos meus Compatriícios, indubitavelmente desempenharei o objeto a que me proponho. Esta folha subscreve-se na Botica do Snr. JozeAntonio Pereira do Lago em a Rua Grande casa N° 84; preço por trimestre 1:800, avulsas 160. O Prospecto, que virá em o1° N° relatará o que há de conter este Periódico. Maranhão 14 de junho de 1833. Vicente Ferreira de Lavôr Papagaio. (*O Publicador Official*, 19/6/1833, n°169, p. 702).

Em 1831, *O Farol Maranhense* anunciava a circulação dos seguintes periódicos: *Foguete*, *Jornal dos Annuncios* e *Semanário Militar*. No mesmo ano, *O Publicador Official* informava a circulação do *Constitucional*, em anúncio de 10 de dezembro de 1831, que sairia sob o comando de Manoel Odorico Mendes e Francisco Sotero dos Reis.

A circulação do *Jornal dos Annuncios* era juntamente com a folha *Farol Maranhense*, que deixara de veicular anúncio em suas páginas. Logo, sua finalidade consistia em publicações de anúncios relativos à venda de produtos diversos.

²⁰ Essa discussão será abordada no terceiro capítulo.

As folhas *Publicola Brasileiro* e a *Sentinella Maranhense* eram anunciadas no ano de 1833. Na edição nº38, o *Echo do Norte* trazia a público o aviso de um novo periódico, de nome *Reformatório*, que sairia semanalmente e teria como redator Joze Jansen Lima. O *Reformatório* também foi anunciado pelo *Publicador Official* (nº 315, 19/11/1834, p. 1294).

Em 1835, era informada, pelo *Echo do Norte*, a publicação de *O justiceiro* (nº 60, 3/3/1835). No ano seguinte, era anunciado *O Americano*, cuja subscrição era realizada na Typographia de Abranches e Lisboa, sob a direção de Franco de Sá. *O Americano* ganharia as ruas da província maranhense para a “defesa dos princípios liberais” (MEIRELES, 2001, p.249).

O que também chama atenção nos anúncios é a comercialização das coleções de periódicos, como demonstra *O Publicador Official* em aviso, de 21 de janeiro de 1832 (nº 27, p.106), sobre as *Coleções do Semanário Official* até o nº 49 e do *Publicador*, até o nº 24, que poderiam ser adquiridas na Rua de São João, casa nº 33.

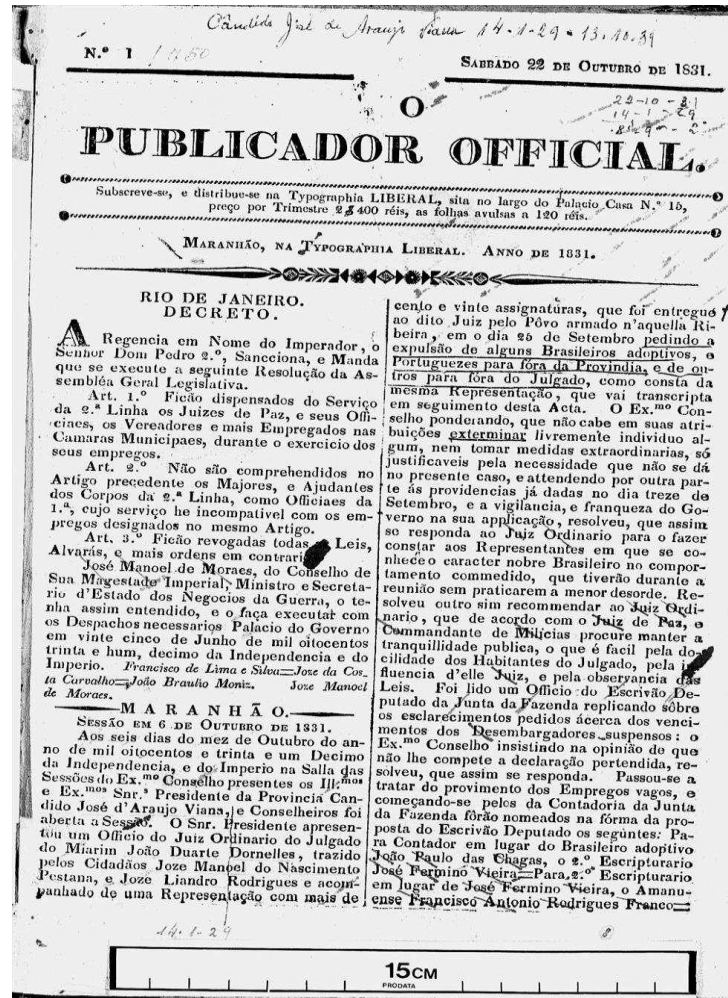
O Brasileiro (nº 2, 30/8/1832, p. 9) trouxe aviso semelhante em 30 de agosto do mesmo ano: “Quem quiser vender alguma coleção do Antigo *Periódico Maranhense* dirija-se à Typographia Liberal, que lá se dirá quem a compra”. Números do *Recopilador das Anedotas*²¹ também eram ofertados.

No entanto, apesar da grande divulgação, muitos desses periódicos contaram com uma existência efêmera. Alguns não sobreviveram sequer à primeira publicação ou, a exemplo do *Telegrafo Maranhense*, nem chegaram a existir.

²¹Cf.: *O Publicador Official*, nº 611, 28/4/1838, p. 4288.

2.2. O PUBLICADOR OFFICIAL

Figura 1 – O Publicador Official



Fonte: *O Publicador Official*, nº1, 22/10/1831, p.1.

O Publicador Official, ao longo dos anos 1831-1841, registrou aproximadamente quarenta e seis anúncios de impressos²², cerca de setenta títulos, entre livros de interesses variados, jornais, folhinhas etc. Dentre os mais divulgados, estavam os jornais, com 17 anúncios de vários periódicos, sete Dicionários, quatro títulos sobre Economia e Gramáticas, três títulos de Belas-Letras, Poesias e de Política.

²² A lista completa dos impressos anunciados pode ser consultada no final desse trabalho, entre os Anexos.

O primeiro reclame levado a público, na edição nº 5, era referente à venda de *folhinhas de algibeira para o ano de 1832*, na loja de Joaquim Ramos Villar (Praia Grande) e na botica de João José de Lima, pelo valor de \$320 réis, assinalando no aviso que se tratava de folhinhas “muito certas para o Maranhão e Pará”.

Outro anúncio foi feito por Villar em janeiro de 1833. Dessa vez, ao lado de Antônio da Silva Balthazar, vendia o primeiro semestre de *folhinhas do ano de 1833* por 100 réis cada semestre (*O Publicador Oficial*, n. 127, 5/11/1833, p. 525).

Registre-se, a partir desses reclames, que Joaquim Ramos Villar era possivelmente um vendedor ocasional de folhinhas. Essa hipótese se encaixa no perfil de outros comerciantes que divulgavam, em pequena escala, livros, jornais e folhinhas.

No entanto, o pequeno número de anúncios feito por um comerciante não pode ser o único fator a servir de indicador, afinal, devemos considerar a hipótese de o público ir diretamente aos estabelecimentos, sem necessariamente ter que consultar os anúncios.

Entre alguns desses vendedores ocasionais, que também se restringiram a publicação de um único produto, com poucos anúncios, estavam Antônio Cunha Gonçalves Affonso, Luiz Antônio Maciel e Joze Rodrigues Roxo.

Antônio Cunha Gonçalves, por exemplo, na edição nº135, avisava que na sua casa havia “hum surtimento de livros tanto latino e Portugueses e entre eles a Medicina de Le Roy, e Peliculo d’ outros”. Anúncio semelhante ao de Domingos Antônio Fontes, que se referia às suas mercadorias como “sortimento de livros latinos e portugueses”, vindos de Lisboa em outubro de 1834 (*O Publicador Oficial*, nº310, 1/11/1834, p. 1274).

De acordo com a documentação da Real Mesa Censória, em 1826, Domingos Fontes solicitou autorização, por duas vezes, para remeter livros para o Maranhão. Na petição datada de 6 de maio de 1826, constava entre a relação dos livros que pretendia embarcar, os seguintes títulos: *Cartilhas, Manual da Missa, Horas Marianas, Manha de [sic], Thezouro de Meninas, Dicionário de Moraes 2vol, Vida de Dom João de Castro, Combos de Mentiras de S. Daniel, Historias Romanas e Manual Devoto* (ANTT, RMC, caixa 159).

Em 1833, Felisberto Joze Correia &C^a passou a utilizar o “quadro de Avisos” do *Publicador* para divulgar os estoques de sua livraria e se tornar o livreiro a fazer mais uso

desse espaço. Em seu primeiro reclame²³, noticiava obras de *Cornelio Tacito, dicionários de Moraes e dicionários franceses, Geometrica de Bezout, Telemaco* e tantos outros que poderiam ser consultados também no catálogo da loja.

Quase um ano após seu primeiro registro, Felisberto voltava a divulgar mais livros. Desta vez, havia obras de Economia, livros de Medicina e de Direito, bem como livros *Latinos precisos para as Aulas*. Essa ênfase aos livros latinos corrobora a ideia de contribuição do fenômeno de ensinar a ler e escrever para circulação de materiais impressos.

Assim fez Luiz Antônio Maciel, na edição nº 184. Visando um público específico, com interesse em livros de ensinar, o comerciante vendia, na Rua Grande, nº44, “um breve compendio de Ortografia, próprio para os estudos dos Meninos, que frequentam as aulas de ler”(O *Publicador Oficial*, nº184, 10/08/1833, p. 250).

Nessa perspectiva, observa-se que o desenvolvimento do mercado livreiro é algo que segue as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais evidenciadas em seu tempo, produzindo necessidades diversas no público leitor e certo direcionamento dos títulos a serem consumidos(SILVA, 2009, p. 78).

Dessa forma, algumas obras recebiam um número notável de reclamares em momentos específicos, a exemplo dos livros escolares.

Em meio às obras de Direito propagandeadas por esse livreiro, destacava-se a presença dos seguintes títulos: *Direito Civil; Primeiras Linhas Criminais; Clace [sic] dos Crimes; Dicionário Juridico, Pratica de Juizes de Direito, Tratados dos Testamentos; Surtimento de livros de Direito*. Como já observado, o terceiro capítulo terá como foco a circulação dos livros de Direito.

O *Publicador Oficial* noticiou a venda do *Regulamento da Organização das Guardas Nacionais*²⁴, nas edições nº19 e 37. O que diferencia um anúncio do outro é o valor comercializado, no primeiro reclame era vendido a 640 réis, no anúncio seguinte a \$480 réis.

José Rodrigues Roxo, em 1834, ao anunciar a obra intitulada *Arte de Navegar: ou Taboas de Longitude*, buscou atrair compradores, destacando as finalidades da obra:

²³ Cf. *O Publicador Oficial*, nº 200, 12/10/1833, p.310.

²⁴ Essa obra será analisada no próximo capítulo, que versará sobre o interesse em comercializá-la.

– Arte de Navegar: ou Taboas de Longitude para corrigir os efeitos da Paralaxe ou Refração; nas distancias observadas entre o Sol e a Lua, ou da Lua á Estrela; obtendo-se a - Distancia Verdadeira - por um método mais abreviado que até ao presente se tem publicado; e escrupulosamente correta dos erros contidos nas Taboas de Turner, e Heartte, em Baltimor. Traduzida do Inglês em língua vulgar pelo 2º Tenente da Armada Nacional, Manoel Coelho Cintra, natural da Província de Pernambuco. Vende-se na casa de José Rodrigues Roxo. (*O Publicador Official*, nº271, 18/06/1834, p.1069).

De forma semelhante ao anúncio anterior, dentre as seções que compunham *O Publicador Official*, na edição nº 593 estava à denominada *Publicação Litteraria*, em que o redator fez a divulgação de exemplares de livros, enquanto descrevia a composição das obras. Vejamos:

A venda na Tipografia de I. J. Ferreira e na Loja de Brito & Raio, era uma “obra em 8º, contendo 2 volumes de 339 paginas, compreendendo cada hum seis capítulos, que tratam de diversos assuntos, como - Diversas formas de Governos [...]”. Na mesma edição, a preços “commodos” folheto em 8º intitulado Coleção dos Documentos oficiais relativo aos acontecimentos das Ilhas de Açores. (*O Publicador Official*, nº593, 13/01/1838, p.4212).

Por fim, Cicarelli, que anunciara em 1830, no periódico *O Farol Maranhense*, após sete anos sem fazer uso dos anúncios, informava que na sua loja achava-se a venda “uma obra nova intitulada - Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão com mapas pelo Brigadeiro Raymundo da Cunha Mattos” (*O Publicador Official*, nº 540, 04/03/1837, p.4004).

2.3. ECHO DO NORTE

Figura 2 – Echo do Norte



Fonte: *Echo do Norte*, nº 1, 3/7/1834, p. 1.

De acordo com o mapeamento da documentação, entre os anos de circulação do jornal analisado, registraram-se aproximadamente quinze anúncios de impressos e cerca de sessenta títulos, sendo dez sobre Direito, nove Dicionários, seis Gramáticas, seis sobre Economia e cinco títulos de Belas-Letras.

Entre 1834 e 1836, os anunciantes de impressos no *Echo do Norte* foram (em ordem alfabética): Condulo Candido Borralho, Candido Joze de Castro, Domingos Antônio Fontes, Feliciano Antônio Pereira, Felisberto Jozé Correia & C^a, Francisco Fructuoso, Joze João dos Santos e Almeida, Luiz Antônio Rodrigues de Araujo, Manoel Pereira Ramos e

Manuel Duarte Godinho. Dentre estes, Felisberto Joze Correia & C^a, Francisco Fructuoso e Manuel Duarte Godinho foram os que investiram amplamente na divulgação, com anúncios mais extensos.

Em 1834, a loja de Felisberto Joze Correia & C^a, que já anunciava desde 1831 no *Publicador Oficial*, passou a utilizar o quadro de Avisos do recém-criado *Echo do Norte*, para divulgar os estoques de sua loja. Ao todo, foram quatro anúncios, nas edições n^{os} 5, 33, 54 e 68.

Felisberto anunciava, na edição n^o5 (*Echo do Norte*, 17/1/1834, p.17), seis títulos de Direito – *Direito Civil de M. B. Carneiro*, *Primeiras Linhas Criminais*, *Classe dos Crimes e Dicionário Jurídico de Pereira e Souza*, *Praticas de Juizes Divisórios de Menezes e Tratado dos Testamentos por Gouveia Pinto* –, além de três títulos de Economia – *Codigo Comercial por Joze Ferreira Borges, 5vol.* *Droit Comercial por Pardessus e Manual do Tabelião* –, mais quatro dicionários, *Latinos, Franceses e Portugueses, Clássicos e de Moraes*. Nessa relação, constavam ainda quatro obras de Belas-Letras, *Titu [sic]*, *Livio*, *Virgilioe Salustio* (tradução de Barreto Feio).

Registre-se, também em seus anúncios, longas e sucintas listas de livros. Nos reclames mais extensos, constavam os títulos e, às vezes, o nome do autor; o valor não era descrito, mas, sem dúvida, era capaz de atingir um público amplo de compradores, dado a diversidade de assuntos. Conforme apresentado, os anúncios mais curtos pareciam ter como alvo um público específico, a exemplo dos livros escolares, como anúncio que segue:

AVISO

Em casa de Felisberto Joze Correia & C^a vende-se uma obra intitulada. Ortografia da Língua Portuguesa, reduzida a regras gerais e especiais, por Joaquim Joze Ventura da Silva, autor da nova arte de Escrita e Aritmética. Divide-se em duas partes, a segunda das quais é seguida de um apêndice que compreende um fácilimo e novo método de ensinar, e de aprender a ler o Português. (*Echo do Norte*, n^o54, 05/02/1835, p. 216).

No mercado de impressos, a subscrição era outra forma de adquirir livros na cidade. Em alguns dos anúncios de jornais, nota-se que para algumas obras virem à luzera necessário recorrer ao sistema de subscrição, realizada por livreiros, comerciantes diversos ou tipógrafos. Segundo Robert Darnton (1995, p. 91), na Inglaterra, por exemplo, entre o final do século XVIII e início do século XIX, muitos livros eram publicados por subscrição e traziam

as listas dos assinantes²⁵. Contudo, ainda de acordo com o autor, as listas de assinantes não oferecem uma visão acurada dos leitores.

Nessa perspectiva, na edição nº 13, o redator do *Echo do Norte* pedia subscrições para ajudar nas despesas de impressão da obra intitulada *Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz*. A fim de conseguir subscritores, descrevia a utilidade do impresso para os juízes de paz e seus escrivães, “por nela ensinar-se como os Juízes de Paz deve haver no processar dos Crimes e mais casos, que são de sua competência”. A subscrição custava 2\$000 réis e era feita na Typographia de Abranches e Lisboa.

Cerca de dois anos depois, em agosto de 1836, saía à luz o *Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz*:

- Saiu a luz o – Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz- obra de suma utilidade não só para os juízes de Paz e seus Escrivães, como para todos os Cidadãos em geral; por ser talvez a melhor, que tem aparecido até hoje, deste gênero: por que nela se achará tudo o que poderem desejar para processarem aqueles Juízes: preço 2\$000 réis; na casa de V. José Roiz, nesta Typographia, e na de R. A. R. de Araujo. (*Echo do Norte*, nº16, 21/08/1836, p. 256).

A loja de Feliciano Antônio Pinheiro, na Rua do Sol, nº 5, disponibilizava ao público o *Indice Alfabético das Leis do Brazil*²⁶, de Manoel Fernandes Thomaz, por 6\$000 réis. O livreiro também comercializava “bilhete de convite para enterro”, como anunciado nas edições nº20, 11/9/1834, p. 80 e nº26, 3/10/1834, p. 104.

Domingos Antônio Fontes²⁷ e Luiz Antônio Rodrigues de Araújo²⁸ foram bastante sucintos ao anunciarem. Informavam aos possíveis clientes a venda, em suas respectivas lojas, delivros latinos e portugueses chegados de Lisboa. Domingos A. Fontes apareceria nos quadros de avisos, mais uma vez, em 1 de novembro de 1834, com “um grande sortimento de Livros vindos de Lisboa em Outubro de 1834”, disponíveis na Rua de Santo Antônio.

²⁵De acordo com Juliana Gesuelli Meirelles (2016, p. 186), a subscrição de uma obra não apenas dava visibilidade pública ao subscritor, como também era um caminho possível para alcance de futuras mercês.

²⁶Cf. *Echo do Norte*, nº 17, 1/9/1834, p. 68.

²⁷Cf. *Echo do Norte*, nº3, 10/7/1834, p.12.

²⁸Cf. *Echo do Norte*, nº 24, 25/9/1834 p. 96.

O título sobre ciências naturais, *O Manual do Fazendeiro*²⁹, foi divulgado no quadro de Avisos do *Echo do Norte*. De acordo com o anúncio, tratava-se de uma obra “por si mesmo recomendável: tudo por preços commodos” (nº38, 16/11/1834, p. 152).

Por fim, *Da Instituição do Jury e seu Processo na Europa e na América* foi anunciada em 1835, pelo *Echo do Norte*. De acordo com o aviso, a obra era uma versão “vertida do inglês por Joze Soares d’ Azevedo: 1 volume em 8ª grande, papel bem nítido, e mui elegante edição”, à venda na Botica de Manuel Duarte Godinho, no Largo do Carmo, por 2\$000 réis (*Echo do Norte*, nº 63, 18/3/1835, p. 250).

2.4. A CHRONICA MARANHENSE

Figura 3 – A Chronica Maranhense



Fonte: *A Chronica Maranhense*, nº2, 5/1/1838, p. 9.

²⁹Note-se que esse livro já era de conhecimento dos maranhenses, desde o período de funcionamento da *Casa do Correio*. Cf. Galves (2014, p. 127).

Em 1838, João Francisco Lisboa trazia à luz *A Chronica Maranhense*, folha de cunho político. Para os comerciantes, representava um novo veículo para auxiliar o processo de divulgação de seus produtos. Os avisos eram impressos a 60 réis por linha, porém, se o anunciante fosse assinante, o reclame seria gratuito, com tanto que não excedesse 20 linhas.

Nos anos de circulação da folha, identifiquei aproximadamente 10 anúncios, sobre circulação de impressos, e cerca de 90 títulos³⁰. Os livreiros que utilizaram, significativamente, os quadros de avisos do periódico foram João Antônio Costa Rodrigues e Manuel Gonçalves Ferreira Nina. Embora com poucos anúncios, fizeram publicar extensas relações de títulos, à disposição dos leitores.

Em maio de 1838, por exemplo, saía o primeiro reclame³¹ sobre livros, por João Antônio Costa Rodrigues. Ao utilizar a seção de *Avizos* desse jornal, divulgava obras em francês e latim a “preços muito cômodos”. Entre os títulos: *Mil e huma noites, com estampas; Instruções de hum Pay a seu filho, Instruções de hum Pay a sua filha* e o 2^o vol. do *Diabo Coxo, com estampas* (*A Chronica Maranhense*, nº 34, 13/5/1838, p. 140).

Em 1838, nas edições n^{os} 62, 63 e 66, a Typographia de I. J. Ferreira informava ter à disposição, exemplares de *Cartas de convite para enterro* e *Oficio*. Como objetivo de atrair compradores, destacou que eram “impressas em papel de pezo”³².

Outro comerciante que se dedicou a utilizar os quadros de avisos dessa folha foi Manuel Gonçalves Ferreira Nina, com estabelecimento situado na Rua do Giz, nº24. Os dois anúncios³³, publicados em anos diferentes, diferenciavam-se no que diz respeito à apresentação dos títulos. Enquanto o primeiro anúncio recorria aos nomes dos respectivos autores, entre eles, Adam Smith, Montesquieu etc, o segundo apresentava os mesmos livros, pelos autores e títulos, a saber: *Economia Política* por Smith, *História do Brasil e da Literatura Portuguesa e Brasileira* por Ferdinand Diniz etc.

Na mesma edição, na loja de Manuel G. F. Nina, também estava à venda o livro *Artes latinas*, de Antonio Pereira, e as *Palavras de Crente*.

³⁰ Conferir os títulos apresentados na Seção de Anexos.

³¹ Cf. *A Chronica Maranhense*, nº 34, 13/5/1838, p. 1136.

³² Segundo Robert Darnton (1939, p.96), no século XVIII, os anunciantes pressupunham que seus clientes se importavam com a qualidade material dos livros. No século XIX, essa preocupação já não é percebida com frequência.

³³ Cf. *A Chronica Maranhense*, nº 159, 11/8/1839, p. 642; *A Chronica Maranhense*, nº 167, 9/9/1839, p. 674.

O último registro sobre impressos, nessa folha, data de abril de 1840, quando a *Typographia Imparcial Maranhense* anunciava a saída da “famosa Carta do Mandarim da China, novamente reimpressa e acrescentada; a venda por 160 réis” (*A Chronica Maranhense*, nº 230, 22/04/1840, p. 921).

De modo geral, os anúncios dos impressos representam apenas uma parte do circuito das comunicações. Afinal, o circuito de vida do livro completa seu sentido quando, ao circular na sociedade, encontra seu público. Contudo, foi possível identificar uma diversidade de títulos, de agentes envolvidos e, principalmente, de um mercado consumidor. Logo, se não é possível apreender o que de fato era lido e por quem era lido, temos, ao menos, um panorama do que era disponibilizado para leitura.

3

IMPRESSOS DE DIREITO EM CIRCULAÇÃO

É também preciso interrogar-se sobre os caminhos próprios tomados pela leitura ali onde se casa com a escrita. (CERTEAU, 1998, p. 263).

Mais do que um registro, os documentos são instrumentos do jogo de poder, são frutos de uma linguagem. Assim, restringir essa escrita apenas à compilação dos títulos seria insuficiente. Faz-se necessário, para completar esse breve circuito, trilhar mais um caminho, que conduz à análise da sincronia do interesse por determinadas obras. Pois, como ressalta Peter Burke (2008, p. 21): “os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação”.

Tendo em vista que a imprensa periódica foi responsável pela difusão dos mais diversos assuntos da província e de outras partes do Império, as informações potencializaram o circuito de impressos e facilitaram a alavancada de livros de determinadas áreas do saber.

No período regencial, o que parecia estar em voga eram as obras sobre Política e Direito, além da profusão de Gramáticas e Dicionários (GALVES; BASÍLIO; PINTO, 2016), e dos próprios jornais. Nesse sentido, meu objetivo é analisar as circunstâncias que permitiram a alguns impressos saírem dos quadros de avisos para as páginas iniciais dos jornais que faziam suas divulgações, em especial os livros de Direito, bem como documentos jurídicos.

Cabe aqui assinalar a importância dos assuntos de algum modo relacionados ao exercício da política e à construção do Estado brasileiro, tendo em vista que o período aqui abordado (1831-41) é considerado como um dos mais cruciais na História do Brasil, pela gama de propostas políticas que, durante as regências, entraram em confronto e pelos rumos que seriam tomados a partir dele, como respostas às tensões então evidenciadas (LIMA, 2016, p. 108). Nesse momento, as obras sobre organização jurídica e sua dimensão administrativa, eram o grande filão entre os assuntos em circulação, hipótese que se fundamenta no grande número de títulos entre os anúncios mapeados.

Como já salientei, os anúncios sob a responsabilidade da loja Felisberto Joze Correia & C^a impressionam pela quantidade de livros de Direito. Esse anunciante divulgou, no *Echo do Norte* (nº 5, 17/7/1834, p. 20), a venda dos seguintes títulos: *Direito Civil* de M.B. Carneiro, *Primeiras Linhas Criminaes*, *Clace dos Crimes* e *Dicionario Juridico* (todos de autoria de Pereira S. Souza), *Pratica de Juizes Divizorios* de Menezes, *Tratado dos Testamentos* de Gouveia Pinto e *Doutrina das Acções* de Correia Telles; noutra edição do *Echo do Norte* (nº 33, 28/10/1834, p. 132), Correia informou a venda do *Direito Cambial* de Joze Ferreira Borges. Observa-se que esses títulos têm como referência o Direito português.

Segundo Mônica Martins (2003, p.7), após a Independência, vislumbrou-se a necessidade de Códigos, principalmente após a outorga da Carta Magna, dentro de uma tradição lusitana, incorporando, no entanto, as influências da legislação inglesa e francesa.

Dessa forma, uma das leituras que se faz sobre esse gênero em destaque leva em consideração que os anúncios colocados nos jornais também apresentavam uma relação com aquela conjuntura. Afinal, mais do que um veículo de disseminação de ideias, a imprensa tinha como objetivo formá-las e combatê-las, e, ao mesmo tempo, servir como estratégia de projeção política de seus redatores (OLIVEIRA, 2011, p.23).

Assim, quando da criação da Guarda Nacional em 1831, por exemplo, vieram à luz anúncios sobre a venda do *Regulamento da Guarda Nacional*, como veremos a seguir. Este título nos permite compreender a relação entre a conjuntura da época e a demanda por material impresso, assim como a circulação do *Código do Processo Criminal*, também fruto desse período.

3.1. RESENHAS, ANÚNCIOS E TRADUÇÕES

Para tratar de outro aspecto da circulação de impressos em São Luís, retornei aos periódicos para localizar a publicação de algumas obras, por considerar que, no processo de difusão de livros, além do anúncio, recorria-se a outras maneiras para tornar as produções mais conhecidas, fosse através de resenhas, publicação em folhetins ou traduções.

Segundo Lúcia Neves (2009, p. 60), nos periódicos da primeira metade do século XIX, os anúncios sobre a publicação de impressos apresentavam aspecto informativo e comercial. Contudo, à medida que se ampliava o público leitor, tais avisos ultrapassavam seu

caráter meramente noticioso, começando a oferecer explicações e opiniões ligeiras acerca das obras que saíram à luz, a fim de cativar potenciais leitores.

Nessa perspectiva, o objetivo aqui é a identificação de algumas dessas obras, que receberam explicações e/ou opiniões dos seus anunciantes. Embora o capítulo privilegie os títulos de Direito, por ser o grupo temático com maior ocorrência entre os anúncios mapeados anteriormente, apresentaremos algumas resenhas sobre gramáticas, compêndios e obras de economia.

Tânia Ferreira (2007, p. 189) destacou, ao analisar os livros na imprensa da segunda metade do século XIX, que desde as origens, a imprensa no Brasil cumpriu o papel de divulgar, comentar e avaliar livros e publicações que considerava de cunho civilizador. Segundo a autora, a imprensa, ao criar esses elementos em torno de determinadas obras, visava disseminar conhecimento.

Assim, como espécie de textos fundadores, as resenhas inauguraram a tradição na imprensa brasileira de registrar, comentar e criticar obras saídas do prelo e que fossem consideradas objeto de reflexão (FERREIRA, 2007, p.187). Essa seria mais uma forma de contribuir para a divulgação e circulação de livros.

Renata de Freitas (2011) sublinhou que, inicialmente, não havia por parte dos autores uma preocupação com o caráter formal de resenhas, sendo mais presente nos periódicos, comentários, avisos e formas curtas como meio de dirigir-se ao leitor. A partir das décadas de 1880 e 1890, as resenhas passam a ter um caráter descritivo acerca das obras divulgadas, ocupando um espaço significativo no jornal com o surgimento de várias seções. No periódico *O Paiz*³⁴ foram criadas as seções *Salão e Livros Novos*.

Registre-se que, entre os periódicos ludovicenses, à medida que o comércio de livros na cidade de São Luís foi se ampliando, ao longo do século XIX, os avisos começaram a ficar mais precisos e a se concentrar em um único gênero de livro, ou pelo menos, de obras por aproximações temáticas. Assim, o *Echo* informava que na casa de *Felisberto Joze Correia & C^a* havia livros relacionados à prática pedagógica. Para tanto, elaborou breve descrição da obra:

³⁴*O Paiz* circulou no Rio de Janeiro, a partir dos anos de 1884. Teve como proprietário, o visconde S. Salvador de Matosinhos e como redator-chefe Quintino Bocaiúva.

AVISO

- Em casa de Felisberto Joze Correia & C^a vende-se uma obra intitulada Ortografia da Língua Portuguesa, reduzida a regras gerais e especiais, por Joaquim Joze Ventura da Silva, autor da nova Arte de Escrita e Aritmética. Divide-se em duas partes, a segunda das quais é seguida de um apêndice que compreende um facílmo e novo método de ensinar e de aprender a ler o Português. (*Echo do Norte*, nº54, 5/2/1835, p. 212).

No *Publicador*, o livreiro Luiz Antonio Maciel anunciava que, em sua loja, se achava à venda obras desse grupo temático, demonstrando a importância desse gênero entre um público específico da província:

Acha-se a venda na loja de Luiz Antonio Maciel, Rua Grande, nº44, um breve Compendio de Ortografia, próprio para o estudo dos meninos, que frequentam as aulas de ler. Preço 240 réis. (*O Publicador Official*, nº184, 10/8/1833, p.762).

Percorrendo os caminhos do romance no Brasil, Regiane Mançano (2010), ao analisar a presença desse gênero no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, identificou as estreitas relações entre a propaganda e a crítica literária, que começava a ser divulgada em periódicos.

A autora concluiu que, a fim de conquistar compradores, nas quatro primeiras décadas do século XIX, alguns dos comerciantes fluminenses de livros reverberavam a capacidade do romance de “divertir, edificar e instruir o leitor”, justificativas mais correntemente utilizadas por romancistas e teóricos do romance para legitimar o gênero. Logo, “divertir, edificar e instruir” era apelo recorrente nos anúncios publicados entre 1808 e 1844, em jornais como *O Correio Braziliense*, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio* (2010, p. 119).

Observando os periódicos da província do Maranhão, constata-se que não eram muitos os jornais que dedicavam sua atenção aos textos literários. Contudo, alguns leitores, dirigindo-se aos redatores, solicitavam determinadas publicações, como se encontra esboçado nas páginas da *Chronica Maranhense*, na edição nº109 (11/2/1839, p. 442), que estampou o pedido da publicação do soneto *O Brasil Enfermo*.

Ainda nesse tema, no *Jornal Maranhense*, periódico que circulou na província entre os anos de 1841-42, era comum a presença de folhetins, tais como *O Velho Mendigo*; *O Conde Benavente* e *Um Semblante Rosado*.

Como exemplo do que era anunciado, recomendado e publicado, temos o *Tratado de Comércio do Brasil com Portugal*³⁵, impresso pelo *Investigador Maranhense* na edição nº47. Em edição posterior, na seção de Avisos³⁶, a Tipografia Constitucional anunciava a venda desse impresso, a 120 réis. O exemplo demonstra que, em termos de divulgação, não havia uma ordem a seguir, podendo a publicação anteceder os anúncios/avisos.

Por fim, como já observado, esses jornais ludovicenses tinham como foco notícias sobre política, de grande relevância naquele tempo de transição do mundo luso-brasileiro. Nesse sentido, os redatores fizeram das páginas dos periódicos um espaço para debate político e intelectual intenso, seja através de seus discursos inflamados sobre os rumos da nação ou através da divulgação de resenhas ou traduções de obras que envolviam essa temática.

Por esse motivo, publicavam trechos de outros jornais, de obras de pensadores, extratos de leis, do *Código Criminal*, dos anais da Câmara. Por fim, acabavam por contribuir com a divulgação e circulação desses impressos.

Como exemplo de reprodução de obras de pensadores, que versam sobre Direito ou questões jurídicas, vejamos que, a partir do nº18 do *Echo do Norte*, os editores dedicaram uma seção, nas páginas iniciais, para divulgar a tradução de *Elementos da Sciencia de Direito Por Lepage*, trabalho que se estendeu por 19 edições do periódico, de setembro de 1834 a julho de 1835. Em nota de rodapé, o redator ressalta a forma como seria apresentada a tradução:

Le Page traduziu todos os ramos da ciência de Direito, e nós não pretendemos extrair dele senão o que respeita ao Direito público constitucional: todavia sempre copiaremos algumas noções do direito natural e positivo, que são uns preliminares indispensáveis. (*Echodo Norte*, nº18, 04/9/1834, p. 72).

Partindo do trecho acima, vale ressaltar que, naquele momento, havia nos jornais de matriz liberal, a divulgação das ideias constitucionais. Ribeiro afirma que:

Nos escritos do período entre a divulgação das ideias constitucionais, no início dos anos de 1820, e o Regresso, temos a influência de “enciclopedistas”, como Voltaire, Montesquieu, Diderot, D’Alembert e Rousseau, e de vários outros pensadores franceses. Esses intelectuais eram relidos e adaptados aos objetivos tidos, ressaltando-se discussões em torno de três temas centrais: as liberdades, a separação de poderes (o que supõe que se discuta de quem é a soberania) e o laicismo político.

³⁵Cf. *O Investigador Maranhense*, nº47, 28/7/1836, p.185-188.

³⁶Cf. *O Investigador Maranhense*, nº51, 5/8/1836, p.204.

No bojo desses assuntos, o debate fundamental era o relativo aos direitos, no que se referia ao contrato social e à soberania com vistas ao governante e à inserção dos indivíduos na sociedade, traçando-lhes direitos que os distinguiam, excluindo-os ou inserindo-os na sociedade civil e/ou sociedade política (RIBEIRO, 2008, p. 39-40).

O redator do *Echo* estendeu suas observações ao autor, registrando a seguinte nota sobre *Lepage*³⁷:

Diremos por derradeiro algumas palavras acerca dos princípios do autor que intentamos verter, o qual é Le Page. Que ele reconhece a soberania das nações quase que era escusado, dizer, pois homem nenhum de honradas intenções e mediana instrução nega a verdade desse princípio luminoso; mas o que muito importa declarar já é que as consequências que ele dali tira o levam a decidir-se pela democracia com preferência à monarquia e toda outra forma de governo. Não quer funcionários públicos nenhuns vitalícios, e ainda menos herdeiros; e a melhor forma que acha para nomeação de todos eles, inclusive os magistrados é a da eleição popular. Das províncias ou departamentos diz que tudo devem elas governar-se por si. Já se vê quanto encontram algumas destas opiniões a certas disposições da nossa atual constituição, e ainda mais a doutrina que pregam os escritores do partido influente no Rio de Janeiro e várias outras províncias do Sul; mas como os defeitos da constituição são geralmente reconhecidos, tanto que se está procedendo a reforma dela, não havemos medo de errar propalando princípios diversos dos que ela estabelece. Nem nos dá das opiniões contrárias às nossas, porque cada qual é livre de pensar como bem lhe parece, e na ocasião de publicarmos as doutrinas impugnadas, ficaremos pelas defender em notas que ajuntaremos ao texto. (*Echo do Norte*, nº18, 4/9/1834, p.71).

Por outro lado, ainda sobre a tradução de *Lepage*, o redator do *Echo do Norte*, consciente do poder de alcance dos periódicos, ressaltou a importância da transcrição de obras, por meio da imprensa, com o objetivo de vulgarizar a ciência e as luzes.

E não parece lembrança menos sisuda a de querer transladar aos pedaços em um periódico mais de duzentas paginas de um tratado; bem cremos nós que melhor seria publicar a obra por inteiro; mas parece-nos que a pequenez da nossa província, e o pouco gosto que ainda nela se observa para as letras, não sofrem tal empresa, que quando muito poderá ser intentada por gente abastada e poderosa para acudir aos gastos que ela requer. E de mais que para instruir tem as folhas periódicas uma vantagem sobre os livros de maior tomo, e vem a ser, a de correr por todas as mãos, e até pelas daqueles que mais inimigos são das letras rodeada, e que passam a vida toda sem abrir um livro. Lembra-nos que o Sr. Joze Liberato transladou no Campeão Portuguez, quando o redigia em Londres, uma boa parte dos Annaes de Tacito; este exemplo bem nos poderá escusar, se erramos momento sendo os Annaes muito menos próprios para encher colunas de periódicos. (*Echo do Norte*, nº18, 4/9/1834, p.71).

³⁷ Nota-se a limitação de dados bibliográficos sobre esse autor. Contudo, foi possível encontrar rastros de algumas de suas obras, por exemplo, entre os livros inventariados de um estadista do império brasileiro, José Lino Coutinho. De acordo com o inventário, o título *Science Du Droite* foi avaliado por 1\$000 réis. Para mais informações consultar: Magalhães; Junqueira, 2017.

Nessa perspectiva, devem-se considerar as diferenças entre os jornais e os livros, além da estrutura formal, objetivos e usos, em um ponto crucial: o acesso pelo leitor. Vejamos a observação do historiador Marco Morel sobre esse aspecto:

Comparado a um livro, que em meados da década de 1820 chegava facilmente a custar 8\$333 – renda média que um votante de eleições primaria precisava arrecadar por mês para no final do ano poder atingir os 100\$000 necessários ao direito de voto -, um periódico era vendido entre 40 e 80 réis, isto é, por menos do que um escravo de ganho geralmente recebia por um dia de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, o que dá uma certa dimensão da acessibilidade dos jornais para os diversos setores da sociedade. (MOREL, 2005, p.39).

É de se notar que, com a tarefa de colocar a tradução de *Lepage* em circulação, o redator tenha destacado o *Prólogo* com os propósitos da obra:

Porventura a falta de doutrina que eu noto vem da grande dificuldade que há de beber em obras sobejamente volumosas aquelas noções que bastam a quem de todo se não quer dar ao mister de jurisconsulto. No propósito de vencer semelhante estorvo, escrevi este livro que ora ofereço ao público, e onde se veem duas castas de deveres: uns impostos pela natureza, universais, e invariáveis como ela; e outros derivados das convenções do homem, e por consequência particular aos povos que os adotaram, variáveis como a sua vontade. (*Echo do Norte*, nº18, 4/9/1834, p. 71).

Apenas para oferecer exemplos da presença marcante dos livros de Direito entre as principais obras circulantes, mencionamos a resenha sobre o *Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz*. Considerava-se o impresso “obra utilíssima aos Juizes de Paz, e seus Escrivães; por nela ensinar-se como os Juizes de Paz se devem haver no processo dos crimes; e mais casos, que são de sua competência” (*Echo do Norte*, nº 13, 18/8/1834, p. 52). Nota-se que havia a necessidade de subscrição da obra. Logo, nos questionamos: outras capitais de província também imprimiam exemplares desse título? E ainda, por quais razões se fazia a subscrição? Tratava-se de uma orientação do governo ou de uma estratégia de venda, que possibilitaria ao público volumes mais baratos do que os trazidos da Corte?

Assim, o encontro entre política, imprensa e reflexões sobre obras jurídicas evidencia-se de modo singular no *Echo do Norte*, conforme a divulgação do título *Da Instituição do Jury e seu Processo na Europa e na América*, obra traduzida por José Soares d’Azevedo e impressa em 1834, no Rio de Janeiro, na Typographia Americana. Na edição nº53, como forma de atrair compradores, o anunciante José Candido de Gusmão e Christo discorre sobre a finalidade da obra, conforme se observa a seguir:

Faltava-nos até agora um escrito que encerrasse quanto convém que todo o povo saiba sobre tão salutar Instituição; e é a encher esse vazio que esta brochura se destina. Chamados hoje pela Lei a julgar todas as causas crimes de nossos concidadãos, não há ninguém quem esta obra não venha a ser necessária. O estilo fácil e corrente em que ela se acha vertida, as notas jurídicas e históricas com que o tradutor a ilustrou, e sobre tudo a concisão da matéria, a um volume acomodado a todas as forças, tudo faz acreditar que o Público do Maranhão acolherá este importante opúsculo com o mesmo interesse com que fora acolhido no Rio de Janeiro, onde foi impresso e cuja edição se acha quase esgotada. José Candido de Gusmão e Christo. (*Echo do Norte*, nº53, 12/8/1836, p. 213).

Em edição do *Echo do Norte* de 1834, o assunto da crítica foi o documento *Lei da Reforma*, que ocupou espaço significativo das folhas desse jornal. Vejamos as considerações do redator:

Seria um trabalho curioso. E certo de grande proveito à nossa terra o escrever uma análise completa da Lei de Reformas, e mostrando as suas imperfeições e o muito que lhe falta para se poder chamar bom, apresentar um plano da que nos convinha. Alguns deputados disseram, por exemplo, que se fosse decretado que os Presidentes fossem da eleição das Províncias, se acabaria com a monarquia constitucional no Brasil; cumpria dizer-lhes que nação alguma está obrigada a conservar perpetuamente a forma de governo que uma vez optou, e que reconhecida vantagem de qualquer mudança não há razões nenhuma que devam obstar a ela. Mas sobre ser essa empresa grande para nossas forças, estamos traduzindo agora um autor que trata essas matérias com sobejo conhecimento. Com o que nos limitaremos a algumas breves reflexões que nelas merecem. (*Echo do Norte*, nº33, 28/10/1834, p.130).

Embora um estudo mais sistemático possa ser feito, a impressão que fica é que por meio de tais escritos sobre os livros na imprensa oitocentista, observa-se opções para pensar os vários modos de interação entre os autores (redatores), os leitores e a sociedade.

Nessa perspectiva, considerando as observações de Robert Darnton (1990, p.72), a recepção continua a ser o estágio no estudo do circuito dos livros que oferece maiores dificuldades de apreensão. Contudo, com as traduções, resenhas e publicações de folhetos, temos um indicativo da recepção de determinados títulos, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público, o que multiplicava seu poder de comunicação.

Por último, diante do que se observa da atuação da imprensa, podemos tomá-la como uma força ativa da História e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Afinal, como indica Robert Darnton (1996, p. 15), é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa moderna, muito mais ingrediente

do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectiva e consciência histórica. Assim, o que se observa aqui é a imprensa como um verdadeiro elemento de força e “civilização”, que se tornou um instrumento de propagação de uma determinada cultura política, por meio da circulação de ideias impressas.

3.2.O PUBLICADOR OFFICIAL E O CÓDIGO DO PROCESSO CRIMINAL

No capítulo anterior, notamos que *O Publicador Oficial* anunciou em suas páginas cerca de 70 títulos, com destaque para outros jornais. Evidentemente, esse não era o único meio para que os leitores de São Luís tomassem contato com os impressos em circulação, mas, seguramente, tratava-se de poderoso veículo de divulgação, utilizado pelos livreiros da época.

Em um universo tão diversificado, os jornais eram compostos por uma gama distinta de textos. De modo geral, segundo Abrantes (2015, p. 68-69):

Os jornais de São Luís traziam informações de outras províncias e de outros países, reproduziam artigos de jornais do Sudeste, publicavam o estado da economia, da educação, da administração pública, concediam espaço para os leitores participarem dos debates e fazerem suas críticas, além de prestarem serviços de utilidade pública como anúncios, avisos, esclarecimentos.

Assim, *O Publicador* se caracterizava pelo apanhado de matérias coligidas em outras folhas das demais províncias e pela divulgação dos atos oficiais, sem muita expressão da subjetividade de seus redatores. Proporcionava aos seus leitores, contato com publicações minuciosas de Decretos e Leis – por vezes, um único assunto estendia-se por vários números do periódico. Logo, as folhas que geralmente possuíam apenas quatro páginas, poderiam variar em decorrência da irregularidade da publicação ou mesmo em razão de acontecimentos políticos que demandassem a inserção de ofícios, cartas ou a transcrição de trechos de livros, seguidos de comentários do redator.

Pelo que se pode observar, a partir do aviso que saiu no nº 156, o redator do *Publicador Oficial* informava aos seus leitores que, nos números 145 a 155 do jornal, seria

publicado o *Código de Processo Criminal de Primeira Instancia*. Conforme o anúncio a seguir:

AVISO

- Em os números 145 até 155 do Publicador Official – tem saído- o Codigo de Processo Criminal, Instruções do Governo para execução dele Regulamento das Relações do Império; e finalmente a divisão dos Termos e Comarcas desta Província feita pelo Exm. Snr. Presidente em Conselho, quem quiser comprar coleções dirija-se a Casa de Joze Candido Vieira, na Travessa do Couto Rua do Egito. (*O Publicador Official*, nº156, 4/5/1833, p.650).

Recorre-se à conjuntura para definir qual o sentido da publicação do referido *Código*. Afinal, é necessário relacionar permanentemente dados e informações que parecem típicas do “acaso” a outros aspectos da realidade, que ajudam a entendê-los (GALVÃO, 2016, p.24).

De acordo com Lucas Pinto (2015, p. 69), os anúncios em jornais ludovicenses da venda de livros de Direito, em especial os de Direito Criminal, tomaram corpo a partir de 1830, provavelmente, por que este é o ano da aprovação do *Código Criminal* brasileiro, elaborado a partir do projeto de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

As interpretações para o sentido da publicação do *Código do Processo Criminal* são ampliadas, se examinarmos outros impressos que saíram nos quadros de anúncios e avisos do *Publicador*.

Logo, a proposta de um novíssimo *Regulamento das Guardas Nacionais*³⁸ em 1831, por exemplo, nos faz visualizar uma época em que há demanda por material impresso e em que uma das grandes questões enfrentadas pela Regência era a reforma do aparelho repressivo do Estado³⁹.

Nesse sentido, é interessante perceber a presença do referido impresso em outros periódicos, de outras províncias, a exemplo do anúncio publicado no *Jornal do Commercio*. Ao reproduzir o capítulo das *Guardas Nacionais*, os sócios, Souza e Laemmert, mandaram imprimir também o seguinte comentário:

³⁸Cf. *O Publicador Official*, nº19, 24/12/1831, p. 76.

³⁹Uma das primeiras medidas de impacto da Regência foi a criação da Guarda Nacional. Concebida em 1830, com base na experiência das guardas cívicas de 1822 e na instituição similar francesa (também fundada em 1831), a chamada milícia cidadã fundamentava-se no princípio liberal de confiar a segurança da nação a seus cidadãos proprietários. Cf. Basile, 2011; Faria, 2015.

As Guardas Nacionaes são os mais firmes apoios do throno, e da segurança dos povos, ao mesmo tempo, que os maiores inimigos da anarchia: á ellas deve a França a tranquillidade, de que presentemente goza. (*Jornal do Commercio*, nº 10, 29/08/1831, p.3).

Para Ivana Stolze Lima (2016, p.114), a produção e difusão do *Código* fazem pensar numa demanda intensa pelas novidades da época, em que tanto se apostou nas reformas liberais. Ainda de acordo com a autora, era bom carregar no bolso um guia para identificar as ações que pudessem ser enquadradas nas novas noções de crime e punição.

O Publicador Official não era o único periódico ludovicense a anunciar a venda e transcrever o *Código Criminal*. Esses elementos também podem ser encontrados no *Jornal Maranhense*. Em anúncio de 1841, do *Jornal Maranhense* (nº 43, 10/12/1841, p.4), a Tipografia de I. J. Ferreira informava que estava a publicar com toda a brevidade em folheto a *Lei da Reforma do Código do Processo*, por preço cômodo e em excelente tipo. Na mesma edição do anúncio e no nº45, em dezembro de 1841, transcrevia a *Reforma do Código*⁴⁰.

A partir de outros periódicos, foi possível localizar a publicação de folhetos de outros gêneros, a exemplo do que se observa em *O Investigador Maranhense* de agosto de 1836, quando saiu à luz breve reflexão de um folheto intitulado “*Considerações sobre a administração da Justiça Criminal no Brasil, e especialmente sobre o Jury*”⁴¹. Para o redator do *Investigador*:

[...] tem elas bastante força para ajudar os clamores que por toda a parte se levantam contra a Instituição dos Juizes de Paz, para reforçar o voto de todo o Brasil, isto é, que aos Juizes somente se incumba a *Conciliação*. A formação dos Processos e a Policia devem-lhes ser tiradas para que a inocência não sofra, e a impunidade não levante o colo, e se mais altiva torne do que já está. (*O Investigador Maranhense*, nº53, 12/8/1836, p.211).

Por fim, pode-se estudar o circuito de transmissão do *Código Criminal* em qualquer ponto. Por exemplo, no estágio de composição, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos deu forma ao texto e orquestrou sua divulgação para conceder coerência e agilidade na execução das ações penais. No estágio de impressão, com o rastreamento das

⁴⁰Cf. *Jornal Maranhense*, nº45, 17/12/1841, p. 1-2. Vale ressaltar que *O Código do Processo* mostrava-se instrumento de coerção pouco eficiente para o poder central. Dessa forma, sua reforma deveria completar o que se desenhava com a interpretação do ato adicional, buscando retirar das províncias, o controle sobre a polícia judiciária. Cf. Basile (2011, p.89).

⁴¹ A obra também foi divulgada no *Jornal do Commercio*, nº 30, 18/9/1835, p. 2.

edições existentes⁴², ou no ponto de sua penetração nas províncias, em que, segundo o mapeamento dos jornais ludovicenses, ocupa uma parcela impressionante do espaço nos quadros de anúncio e avisos.

Além disso, pode-se olhar para a publicação do *Código do Processo Criminal* como uma prática discursiva que retrata a conjuntura política e traz implicações e consequências sobre a vida social, demonstrando, tal como o circuito de comunicações elaborado por Robert Darnton, as influências externas no ciclo de vida de materiais da cultura impressa.

⁴²Houve várias edições do *Código* já em 1831, a da Tipografia Nacional e a de Seignot-Plancher, ambas do Rio de Janeiro; e uma tradução francesa, de 1834, *CodeCriminel de l'Empire Du Brésil, adopté par les chambres législatives dans La session de 1830*. Cf. Lima (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Robert Darnton (1990, p. 65), a História do Livro se interessa por cada fase do “circuito das comunicações” e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante.

Todavia, quando evocamos o circuito de comunicações de Darnton, não pretendíamos utilizá-lo em toda a sua complexidade, mas apenas adotar alguns de seus principais recursos teórico-metodológicos. Dessa forma, o que se pretendeu foi apontar a possibilidade de se analisar a História do Livro (ou dos Impressos) na província do Maranhão, como fato cultural, social e político.

Assim, neste trabalho, a circulação de impressos foi abordada a partir de um ponto-chave do ciclo de vida do livro, o estágio de difusão. Essa abordagem nos permitiu algumas observações pertinentes. Dentre as quais, perceber que as agitações políticas do período regencial alcançaram o circuito de impressos, em especial de jornais e obras políticas, dado ao grande número de anúncios catalogados e livros resenhados, traduzidos ou transcritos. Tais percepções apontam para possíveis aproximações, como, por exemplo, entre a cidade, a instabilidade política da época, a política vigente e a circulação de ideias impressas.

Dessa forma, reitero, levando em consideração a afirmação de Robert Darnton (1990), que toda a questão da propaganda do livro requer exame. Muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e aos contextos de sua utilização, estudando a maneira como eram anunciados, a estratégia do apelo, os valores invocados pelo discurso empregado, as formas de veiculação etc.

Após analisar os quadros de avisos/anúncios dos principais jornais em circulação, conclui-se que mais do que apenas sinalizar quais eram os principais pontos de venda, os valores e os títulos em circulação, o que este trabalho revelou foi a existência de um circuito, livreiros, redatores, compradores e repercussões sobre os títulos divulgados.

Contudo, ainda que tenha sido privilegiado, em grande escala, o processo de difusão dos impressos, o trabalho revelou também a importância dos intermediários, em dois planos: primeiro, por facilitar o canal de comunicação entre o impresso e o consumidor;

segundo, por dar novos sentidos aos espaços urbanos em decorrência das suas experiências diárias.

Por fim, ressalta-se a importância de instituições e veículos de sociabilidades que também deram vida aos livros, aos jornais, aos folhetos, numa cidade atravessada por agitações políticas e culturais.

REFERÊNCIAS

1. Documentos

A) Impressos

- (O) *Bemtevi*, MA, (nº1- 29 jun. – set 1838);
- (O) *Brasileiro- MA*, (ago. – nov. 1832);
- (A) *Chronica Maranhense*, MA, (Jan. – dez. 1838; Abr. – dez. 1839; Jan. – dez. 1840; Jan. – mar. 1841);
- (O) *Echo do Norte- MA*, (Jul. – dez. 1834; Jan. – dez. 1835; Jan. – Nov. 1836);
- (O) *Farol Maranhense- MA*, (Jan. –abr. 1831);
- (O) *Guajajara- MA*, (Abr. – out. 1840);
- (O) *Investigador Maranhense- MA*, (Abr. – ago. 1836; nº 96 fev. 1837);
- (O) *Jornal dos Annuncios- MA*, (mar 1831);
- (O) *Jornal Maranhense- MA*, (Jul. – dez. 1841);
- (O) *Legalista- MA*, (Jun. – out. 1840);
- (O) *Publicador Official- MA*, (Out. - Dez. 1831; Jan. - dez.1832; Jan. - Nov. 1833; Abr. - dez- 1834; Jan., Abr., Jul. 1835; Jan. - dez.1837; Jan. - dez. 1838; Jan., abr., 1839; Fev, Abr., Maio, Nov. 1840; Jan. - mar 1841);
- (O) *Publicola Brasileiro- MA*, (Fev. 1834);
- (O) *SemanarioOfficial- MA*, (jan. mar. Abr. 1831)

B) Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Fundo Real Mesa Censória (1773-1826), caixa 159.

2. Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. O Farol Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas no pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In.: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2015, p. 53-79.

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. São Paulo: Fapesp, 2003.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-184). In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**. 2. ed. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 55-119.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma athenas equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010.

_____. A aventura da construção da história e da memória de um lugar: o Maranhão, a partir das letras, num torrão pré-amazônico. In. BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). **Pontos, contrapontos não desvendados**: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2011, p. 177-188.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Editor, 2008.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. O lugar do livro no Maranhão Oitocentista: O Gabinete Português de Leitura. In.: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.13, n.2, p.243-258, maio/ago.2015. ISSN 1678-765X. Disponível em: <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2118>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.

DARNTON, Robert. **O beijo de lamourette**: mídia, cultura, e revolução— São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa**: a imprensa na França (1775-1800). Tradução Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. “O que é história do livro?”. In.: **ArtCultura**, v. 10, n. 16. Uberlândia: 2008, p.155-169. Disponível em: <<https://www.artcultura.inhis.ufu.br/pdf16/>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Ideologia Liberal e construção do Estado. In:_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. p.127-150.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In.: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 185-204.

FREITAS, Renata Rodrigues de. Resenhas republicanas no Jornal O Paiz como representações das transformações políticas e sociais do final do século XIX. In.: **Revista Diálogos**. Caderno Artigos Livres. Ano II, NºI, Cuiabá: 2014, p. 128-138.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1 ed. Digital. São Paulo: Global, 2012, p. 10-11.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al* (orgs.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p.24-42.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)**. 2010. 356 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

_____. À sombra da Corte: impressos e público leitor no Maranhão. In: CASTRO, César Augusto (org). **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 67-87.

_____. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. **Outros Tempos**, vol. 11, n.18, 2014, p. 119-136.

_____; BASILIO, Romário; PINTO, Lucas. Gramáticas e Dicionários em circulação pelo Maranhão no início do Oitocentos. In.: CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, César Augusto (Org.). **Livros, leituras e leitor: perspectiva histórica**. São Luís: Café & Lápis, 2016.

IPANEMA, Cybelle. **Silva Porto: Livreiro na corte de D. João, editor na independência**. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEAL, Antonio Henriques. (1873) **O Pantheon Maranhense**. Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2 ed. São Luís: Editorial Alhambra, 1987, tomos I e II.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. In:_____. LESSA, Mônica. *et al* (orgs). **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008, p. 107-119.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MANÇANO, Regiane. **Livros à venda**: presença de Romances em anúncios de jornais. 2010. 319f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MOREL, Marco. **Transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. Dos avisos de jornais às resenhas como espaço de consagração (1808-1836). In.: NEVES, Lucia Maria Bastos P. (org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2009, p.55-86.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa**: São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2011, p. 26-45.

PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)**. 2015. Monografia (Graduação). Curso de História Licenciatura. UEMA, 2015.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891). 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. (1862) **História da independência da província do Maranhão (1822-1828)**, 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722 – 1822). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. São Paulo: Fapesp, 2005, p.161-181.

_____. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999, p.183-212.

ANEXOS

ANEXO I – Impressos anunciados pelo jornal *O Publicador Official* 1831-1840

Nº	IMPRESSOS	LOCAL DE VENDA	PREÇO (reis)	DATA DO ANÚNCIO
1	<i>Folhinhas de Algibeira</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar (Praia Grande) e Botica de João Jozé de Lima (Rua Grande)	320	05/11/1831
2	<i>Folhinhas de Porta ano de 1832</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar (Praya-Grande) e na Botica de João José de Lima (Rua Grande)	160	05/11/1831
3	<i>Regulamento da Organização das Guardas Nacionaes</i>	Typographia Liberal	640	24/12/1831
4	<i>O Constitucional (periódico)</i>	Loja de Feliciano Antonio Ribeiro	1\$300 (trimestre) 120 (avulso)	10/12/1831
5	<i>Coleções do Semanario Official e do Publicador</i>	Casa nº33, Rua de S. João	-	21/01/1832
6	<i>O Regulamento das Guardas Nacionaes</i>	Typographia Liberal	480	25/02/1832
7	<i>O 1º Semestre de Folhinhas de 1833</i>	Lojas de Joaquim Ramos Villar e Antônio da Silva Balthazar	100 (por semestre)	05/01/1833 30/01/1833

8	<i>Sortimento de Livros Latinos e Portuguezes</i>	Casa de Antônio da Cunha Gonçalves Afonso	-	06/02/1833
9	<i>Medicina de Le Roy</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Afonso	-	06/02/1833
10	<i>Memoria sobre a Reforma da Moeda de Cobre na Provincia do Maranhão</i>	Typographia Liberal	80	13/02/1833
11	<i>O Publicola Brasileiro (periódico)</i>	Loja de Feliciano Antonio Pereira (Rua do Sol)	-	20/02/1833
12	<i>Collecõesdo Termos e Comarcas da Provincia do Maranhão</i>	Casa de Joze Candido Vieira (Rua do Egito)	-	04/05/1833
13	<i>Sentinella Maranhense (periódico)</i>	Botica de JozeAntonio Pereira do Lago (Rua Grande)	1\$800 (trimestre) 160 (avulso)	19/06/1833
14	<i>Metafica da Escriptura Mercantil</i>	Casa de Joze Joaquim Maia (Praia Grande) e na Typographia do Pharol	1\$000	13/07/1833
15	<i>Officios Divinos e Cartas de Convite para enterro</i>	Typographia de Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo (Largo do Palacio) e na sua residência (Rua do Sol)	-	24/07/1833
16	<i>Compendio de Orthografia</i>	Loja de Luiz	240	10/08/1833

		Antonio Maciel (Rua Grande, Nº 44)		
17	<i>Obras Completas d' Filinto Elizio (vol.11)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
18	<i>Parnazo Luzitano (vol.5)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
19	<i>Anaes d' Cornelio Tacito (vol.2)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
20	<i>Dicionarios d' Moraes (última ed.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
21	<i>Historia d' Portugal (vol.20)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
22	<i>Sinonimos da Lingoa Portuguesa- Fr. Francisco d'S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
23	<i>Gallicismo- Fr. Francisco d'S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
24	<i>Arithmetica e Geometria- Bezout</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
25	<i>Telemaco e Dicionario Francez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	12/10/1833
26	<i>Bilhetes de convite para enterro</i>	Typographia do Pharol Maranhense e na Loja do Sr. Pinheiro (Rua do Sol, nº5)	-	02/11/1833
27	<i>Cartas de convite para enterro</i>	Nas casas dos Srs. Luiz Antonio Maciel (Rua	-	24/05/1834

		Grande) e Villela (Rua da Estrela)		24/01/1835
28	<i>O Publicador da Relação</i> (periódico)	Typografia Abranches e Lisboa (Rua dos Afogados, nº43)	1\$800 (Trimestre) 160 (Avulso)	18/06/1834
29	<i>Arte de Navegar ou Taboas de Longitude</i>	Casa de José Rodrigues Roxo	-	12/0/1834
30	<i>Publicador Official</i> (periódico)	Botica do Sr. Villela	-	11/10/1834
31	<i>Dicionarios- Moraes</i>	Loja de Felisberto Joze Correa C ^a	-	1/11/1834
32	<i>Dicionarios Francez e Portuguez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^{aa}	-	1/11/1834
33	<i>Dicionarios Classicos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
34	<i>Dicionarios Latinos e Livros Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
35	<i>Talemacos em Francez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
36	<i>Grammaticas d'Lobato</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
	<i>Ruina dos Imperios- Volnei</i>	Loja de Felisberto Joze		1/11/1834

37		Correa & C ^a	-	
38	<i>Decadas- João de Barros</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
39	<i>Direito Comercial- Pardessus</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
40	<i>Codigo Comercial- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
41	<i>Codigo Direito Cambial</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
42	<i>Codigo Cambio Marinho</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
43	<i>Codigo Sobre Avaria</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
44	<i>Codigo Contrato d'Sociedades</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
45	<i>Codigo Medicina Forense</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	1/11/1834
46	<i>Livros (não especificados)</i>	Casa do Sr. Domingos Antonio Fontes (Rua de Santo Antonio)	-	1/11/1834
47	<i>Reformatorio (periódico)</i>	-	-	19/11/1834

48	<i>Folhinhas ano 1835</i>	Na Praia Grande, na casa de Joze Joaquim Maia e na Botica do Sr. Villela; Na Rua Grande, casa de Antonio Pereira Ramos & Irmão, e Luiz Antonio Maciel.	160	03/12/1834
49	<i>Manual do Fasendeiro</i>	Na Loja do Sr. Joze João dos Santos e Almeida (Praia Grande), nas Boticas dos Srs. Manoel Duarte Godinho (Lago do Carmo), e Candido Joze de Carvalho e Castro (Rua Grande)	-	27/12/1834 24/01/1835
50	<i>Concordia e Fraternidade (periódico)</i>	-	-	18/03/1835
51	<i>Carta do Mandarim do Imperio da China, Stenkorazinà S.M. o Imperador do Brasil</i>	Typographia Constitucional	120	25/03/1835
52	<i>Telegrafo do Maranhão (periódico)</i>	-	-	28/03/1835
53	<i>Compendio de Geografia-Historica- CazadoGiraldes</i>	Loja de Felisberto Joze Corrêa & C ^a	-	15/04/1835
54	<i>Mapa Geohydrografico, Historico e Mercantil- CazadoGiraldes</i>	Loja de Felisberto Joze Corrêa & C ^a	-	15/04/1835

55	<i>Itinerario do Rio de Janeiro no Pará e Maranhão com Mapas</i>	Loja de Cicarelli	-	04/03/1837
56	<i>Procurações e Cartas de Convite para interro</i>	Typographia de I. J. Ferreira	-	18/03/1837
57	<i>Paraense (periódico)</i>	Typographia de I. J. Ferreira	160	28/06/1837
58	<i>Leis do Imperio</i>	Typographia de I. J. Ferreira	-	15/07/1837
59	<i>O Monborre</i>	Casa do Sr. Antonio José de Lemos (Rua Grande, nº24)	1\$800 Trimestre 160 Avulso	20/09/1837
60	<i>Novo Diccionario Critico e etimológico da Lingua Portuguesa- Francisco Solano Constancio (Ano 1836)</i>	Casa de Antonio Soares Duarte & C ^a	1\$200	20/09/1837
61	<i>A Taboa da Salvação (periódico)</i>	Typographia do Sr. I. J. Ferreira (Rua da Paz) e na Loja do Sr. Manuel Gonçalves Ferreira Nina	160	14/10/1837
62	<i>Sete de Setembro (periódico)</i>	Loja dos Srs. Brito e Raio (Rua de Nazareth) e na Typographia do Sr. I. J. Ferreira	-	28/10/1837 04/11/1837

63	<i>Chronica Maranhense</i> (periódico)	No Escritório do Sr. Tabelião Joaquim Baptista da Cunha (Rua da Paz, nº20)	3\$000 Trimestre 9\$000 Anual 160 Avulso	20/12/1837
64	<i>O Recapilador das Anedotas</i> (periódico)	Typographia de I. J. Ferreira	120	06/01/1838
65	<i>Várias obras não especificadas</i>	Typographia de I. J. Ferreira e na Loja de Brito & Raio	-	13/01/1838
66	<i>Collecões dos Documentos Officiaes relativo aos conhecimentos das Ilhas dos Açores</i>	Typographia de I. J. Ferreira e na Loja de Brito & Raio	-	13/01/1838
67	<i>O Recapilador das Anedotas</i> (periódico) nº 1,2,3,4,5 e 6	Typographia de I. J. Ferreira	120 (cada um)	28/04/1838
68	<i>Convite para interro e Officio</i>	Typographia de I. J. Ferreira	-	12/09/1838 06/03/1838
69	<i>Procurações</i>	Typographia de I. J. Ferreira	-	12/09/1838
70	<i>Cathecismo da Lei Natural</i>	Typographia de I. J. Ferreira	-	12/09/1838

ANEXO II – Impressos anunciados pelo jornal *Echo do Norte*(1834-1836)

Nº	IMPRESSOS	LOCAL DE VENDA	PREÇO (réis)	DATA DO ANÚNCIO
1	<i>Livros Latinos e Portuguezes</i>	Rua de Santo Antonio	-	10/07/1834
2	<i>Codigo Commercial- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
3	<i>Medicina Florence- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
4	<i>Direito Civil- M. B. Carneiro</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
5	<i>Primeiras Linhas Criminaes- Pereira & Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
6	<i>Clace dos Crimes- Pereira & Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
7	<i>DicionarioJuridico- Pereira & Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
8	<i>Doutrina das Acções- Correia Telles</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
9	<i>Obras completas de Lobão</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
10	<i>Primeiras Linhas Orfonologicas- Carvalho</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834

11	<i>Pratica de Juizes Divizorios- Menezes</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
12	<i>Tratado dos Testamentos- Gouveia Pinto</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
13	<i>Manual Do Tabalião</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
14	<i>Droit Comercial- Pardessus (vol. 5)</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
15	<i>Dicionarios Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
16	<i>Dicionarios Francez e Portuguez.</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
17	<i>Dicionarios Portuguez de Moraes</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
18	<i>Dicionarios Classicos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
19	<i>Gramatica de Lobatto</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
20	<i>Gramatica Francezas de Hamoniere & Lemon</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
21	<i>Talemacos em Francez</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
22	<i>Titu [sic] Livio- (vol. 6)</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
23	<i>Virgilio (vol. 3)</i>	Loja de Felisberto	-	17/07/1834

		JozeCorreia & C ^a		
24	<i>Salustio traduzido por Barreto Feio</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
25	<i>Mappa Geral do Reino de Portugal eluminado</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
26	<i>Sermões e vozes Saudosas-Vieira</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/07/1834
27	<i>Manual do Processo Criminal no Juizo de Paz</i>	Typografia de Abranches de Lisboa	2\$000 (subscrição)	18/07/1834
28	<i>IndiceAlphabetico das leis do Brazil</i>	Loja de Feliciano Antonio Pinheiro (Rua de Nazareth, casa N° 5)	6\$000	01/09/1834
29	<i>Novo Methodo de Grammatica Latina- Padre Antonio Pereira</i>	Typographia de Abranches e Lisboa (Rua de Nazareth, casa N° 43)	-	25/09/1834
30	<i>Livros Latinos e Portuguezes</i>	Rua do Sol	-	25/09/1834
31	<i>Novo Methodo da Grammatica Latina- Padre Antonio Pereira de Figueiredo</i>	Typographia de Abranches e Lisboa (Rua de Nazareth, casa N° 43)	640	03/10/1834
32	<i>Dicionarios- d'Moraes e outros Autores</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
33	<i>Dicionários Francez&Portuguez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
34	<i>DicionariosClassicos</i>	Loja de Felisberto	-	28/10/1834

		JozeCorrea & C ^a		
35	<i>DicionariosLatinos e Livros Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
36	<i>Talemacos em Francez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
37	<i>Grammaticasd'Lobato</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
38	<i>Volnei ou Ruina dos Imperios</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
39	<i>Décadas d' João d'Barros</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
40	<i>Direito Commercial- Paderssus</i>	Loja de Felisberto JozeCorrea& C ^a	-	28/10/1834
41	<i>Codigo Comercial- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
42	<i>Direito Cambial- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
43	<i>Cambio Maritimo- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
44	<i>Sobre Avarias- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
45	<i>Contrato d'Sociedades- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834

46	<i>Medicina Florense- Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	28/10/1834
47	<i>Livros de Direito</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a		28/10/1834
48	<i>Reformatorio (periódico)</i>	-	-	16/11/1834
49	<i>Manual do Fazendeiro</i>	Loja de José João dos Santos e Almeida (Praia Grande); Boticas de Manuel Duarte Godinho (Largo do Carmo) e de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)	-	16/11/1834
50	<i>Livros Francezes dos melhores ClassicosPublicistas, Litteratos, Poetas, Historiadores, Philosophos&; obras portuguezas Livros Latinos</i>	Loja de Francisco Frctuoso Ferreira	-	23/11/1834 23/12/1834 11/01/1835
51	<i>Da Instituição do Jury e seu Processo na Europa e na America (vol. 1)</i>	Botica de Manoel Duarte Godinho	2\$000	31/01/1835
52	<i>Ortographia da LinguaPortugueza – Joaquim Joze Ventura da Silva</i>	Casa de Felisberto Joze Correia & C. ^a	-	05/02/1835
53	<i>Justiceiro (periódico)</i>	Typographia de Abranches e Lisboa	1\$800 (trimestre) 160 (avulso)	30/03/1835

54	<i>Da Instituição do Jury e seu Processo na Europa e na America- vertido do Inglez por José Soares d'Azevedo</i>	Lojas de Cordulo Candido Borrhão, e de Feliciano Antonio Pinheiro (Rua do Sol), e na Botica de Manoel Doarte Godinho (Largo do Carmo)	1\$500	18/03/1835
55	<i>Compendio de Geografia Historica- por Cazado Giralldes, e o Mappa Geohydrografico, Historico e Mercantil pelo mesmo autor</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C ^a	-	09/09/1835
56	<i>Livros (não especificados)</i>	(Rua do Sol, casa N ^o 14)	-	01/05/1835
57	<i>Obras Marçonicas e Regulamentos das Alfandegas do Imperio</i>	-	-	01/11/1835
58	<i>Folhinhas de Porta e Algibeira para o ano de 1836</i>	Armazém da Viúva Freitas Guimaraes	-	15/11/1835
59	<i>O Americano (periódico)</i>	Typographia de Abranches e Lisboa	1\$500 (trimestre) 160 (avulsos)	17/01/1836
60	<i>Manual do Processo Criminal no Juizo de Paz</i>	Na casa de V. José Roiz, na Typographia I. J. Ferreira e na de R.A.R de Araujo	2\$000	21/08/1836
61	<i>Folhinhas particulares desta</i>	Nas casas de J.M.F. de	-	18/09/1836

	<i>Provincia para 1837</i>	Mattos, Moreiras; na Loja de B. J. de Almeida & C ^a (Largo do Carmo), e na Typografia de I. J. Ferreira		
--	----------------------------	---	--	--

ANEXOIII – Impressos anunciados pelo jornal *A Chronica Maranhense*(1838-1840)

Nº	IMPRESSOS	LOCAL DE VENDA	PREÇO (reis)	DATA DO ANÚNCIO
1	<i>Curso da Literatura por Lahaupé (vol.14)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
2	<i>Dicionario da Industria (vol.6)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
3	<i>Dicionario portátil das artes e officios (vol.3)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
4	<i>Diabo Coxo com estampas (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
5	<i>Dicionario da Lingua Francesa (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
6	<i>Dicionario de Quimica (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
7	<i>Escolla dos meninos (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
8	<i>Felice Lições de Direito (vol.4)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
9	<i>Geografia Moderna e Universal com Mapas (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
10	<i>Historia do PhilozofismoInglez (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
11	<i>Obras Philozoficas e Politicas- Hobbes (vol.2)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
12	<i>Historia Critica de Philozofia (vol.3)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838
13	<i>Historia da Igreja (vol.4)</i>	Rua da estrela, Nº 38	-	13/05/1838

14	<i>Historia da Revolução da Plonia (vol.2)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
15	<i>Lolotte e Taniau (vol.2)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
16	<i>Mil e huma Noites com estampa (vol.7)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
17	<i>Mecilaniashistoricas e Criticas (vol.4)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
18	<i>Medicina Pratica (vol.2)</i>	Rua da estrela, N° 38		
19	<i>Instruções de HumPay a seu Filho (vol.1)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
20	<i>Instruções de HumPay a sua Filha (vol.1)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
21	<i>Obras completas de Mad [sic] Coltin (vol.12)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
22	<i>Origem da LinguaFranceza (vol.1)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
23	<i>Os admiraveis segredos do grande Alberto</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
24	<i>PhilozofiaChristaã por Bem Nathau (vol.4)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
25	<i>Philozofia Divina (vol.3)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
26	<i>Philozofia da Natureza (vol.10)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
27	<i>Retorica Franceza (vol.2)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838

28	<i>Sistema de Philozofia Moral</i> (vol.2)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
29	<i>Theatro de P. Corneille</i> (vol.10)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
30	<i>Tratados de Estudos</i> (vol.4)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
31	<i>TheologiaChristaã</i> (vol.3)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
32	<i>Viagem a S. Domingos</i> (vol.2)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
33	<i>Curso completo da Agricultura</i> <i>Teorico e Pratico</i> (vol.10)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
34	<i>Dicionario dos Jardineiros</i> (vol.9)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
35	<i>Dicionario de Plantas</i> <i>Elementares</i> (vol.2)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
36	<i>O Grande</i> <i>DicionarioGeografico e Critico</i> (vol.10)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
37	<i>Dicionario da Biblia- Calmet</i> (vol.3)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
38	<i>Historia Ecleziastica</i> (vol.3)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
39	<i>Direito Commercial- Pardessus</i> (vol.5)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
40	<i>Manual da Medicina</i> (vol.1)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
41	<i>Manual das</i> <i>Damas</i> (vol.1)	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838

42	<i>Discripção de todas as Artes e Officioa ornados de muitas estampas (vol.20)</i>	Rua da estrela, N° 38	-	13/05/1838
43	<i>Cathecismo da Lei Natural</i>	Typografia de I. J. Ferreira	-	24/08/1838 30/08/1838 13/09/1838
44	<i>Folhinhas de Porta Ano de 1839</i>	Typografia de Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo e na Botica de Castro	120	01/12/1838 09/12/1838
45	<i>Vista da America Meridional e do Mexico</i>	Tyographia de R. A. R. d'Araujo.	-	29/12/1838
46	<i>Recreio das Maranhenses (periódico)</i>	Typographia do Cascais	900 (trimestre) 80 (avulso)	23/08/1839
47	<i>Economia das Maquinas- Babboge</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa N° 10)	-	09/09/1839
48	<i>Economia Politica- Smith, Sismendi, Ganilh, Honkins, Pantel, Schmalz, e Flores- Estrada</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa N° 10)	-	09/09/1839
49	<i>Politica- Tocqueville, Murat, B.</i>	Loja de Manuel	-	09/09/1839

	<i>Constant, Friott, Le Page, Connt, Filongiere e Pinheiro</i>	Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)		
50	<i>Obras Completas do Tracy, Thomaz, Condeliere, R. de S. Pierre, Helvetius, Fenelon, Moliere, Delavigne, Lamartine, e Montesquieu</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
51	<i>Curso de Litteratura do Meiodia e Historia do baixo Império-Sismondi</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
52	<i>Historia do Brasil e da LitteraturaPortugueza e Brasielira- Ferdinand Diniz</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
53	<i>Historia da America- Williann Robertson</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
54	<i>Historia da Revolução Franceza- Miguel e Thiers</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
55	<i>Cartas sobre a Historia- Ferrat</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
56	<i>Cartas sobre a Italia- Dopaty</i>	Loja de Manuel	-	09/09/1839

		Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)		
57	<i>Resumo de viagens- Adams</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
58	<i>Obras Philosophicas- Loke</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
59	<i>Historia Natural- Cuvier</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
60	<i>Revoluções Romanas- Vertot</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
61	<i>Os Incas- Marinontel</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
62	<i>Caracteres de Labruyere</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
63	<i>Construção</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina	-	09/09/1839

	<i>Oratoria de Balleux</i>	(Rua do Quebra-costa Nº 10)		
64	<i>Miscelâneas políticas de vários autores</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
65	<i>Dicionários Franceses da Academia e de Laveaux</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
66	<i>Descrição da América - Panegíricos de Flechier</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
67	<i>Orações Fúnebres - Bossuet</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
68	<i>Discursos de Mirabeno</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
69	<i>Album lithographado (coleção de estampas)</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
70	<i>Memorial de S.m Helena - Las Cases</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina	-	09/09/1839

		(Rua do Quebra-costa Nº 10)		
71	<i>Obras de Virgilio</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
72	<i>Direito Romano - Waldee</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
73	<i>Primeiras linhas do Processo Criminal</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
74	<i>Classes dos Crimes</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
75	<i>DiccionarioJuridico</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
76	<i>Doutrina das Acções</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
77	<i>Inventários</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839

		10)		
78	<i>Medicina Domestica</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
79	<i>Biblioteca Lusitana</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
80	<i>Clarimundo de Jono de Barros</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
81	<i>Uruguai- Basilio da Gama</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
82	<i>Caramurú- F. José Durão</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
83	<i>Passeio e Isabel de Aragão- José Maria Catão de Garret</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
84	<i>João Minimo e Portugal na Balança da Europa-</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839

85	<i>Lusiadas (ed. de Morgado Matheus)</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
86	<i>Quintiliano de Barboza</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
87	<i>Annaes de Tacito- José Liberato</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
88	<i>Artes Latinas- Antonio Pereira</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
89	<i>As Palavras de um Crente- La- Meanmis[ILEGIVEL]</i>	Loja de Manuel Gonçalves Ferreira Nina (Rua do Quebra-costa Nº 10)	-	09/09/1839
90	<i>Folhinhas de Porta- 1840</i>	Typografia, na Loja de Francisco Joze da Costa, Armazem de Baltezar (Rua do Giz), Loja de Laiz Pereira C. da Silva, na Botica do Jucundino(Rua Grande)	-	08/12/1839
91	<i>Carta do Mandarim da China</i>	Typografia Imparcial Maranhense	160	22/04/1840

Coelho, Adriana Regina Oliveira.

Impressos em circulação na cidade de São Luís (1831-1841) /Adriana Regina Oliveira Coelho. – São Luís, 2018.

90 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. São Luís. 2. Impressos. 3. Livros de direito. 4. Anúncios. I. Título.

CDU 070:34(812.1) “1831/1841”